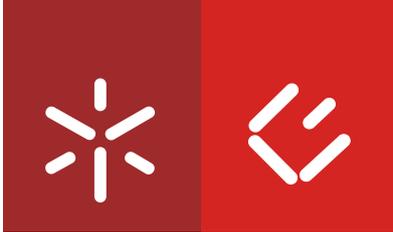


Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Ana Luísa Pires Cortinhas

**Os relatórios de sustentabilidade e os
auditores: Estudo às empresas cotadas
na *Euronext* Lisboa**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Luísa Pires Cortinhas

**Os relatórios de sustentabilidade e os
audidores: Estudo às empresas cotadas
na *Euronext* Lisboa**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Lídia Oliveira

DECLARAÇÃO

Nome: ANA LUÍSA PIRES CORTINHAS

Endereço Eletrónico: ana86luisa@portugalmail.pt **Telefone:** 964650716

Número do cartão de cidadão: 13052548-0-ZZ6

Título da Dissertação de Mestrado:

Os relatórios de sustentabilidade e o auditor: Estudo às empresas cotadas na *Euronext* Lisboa

Orientadora:

Professora Doutora Lídia Oliveira

Ano de conclusão: 2013

Ramo e Área de Conhecimento do Mestrado:

Contabilidade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Este espaço é dedicado a todos aqueles que, de diversas formas, contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado.

Quero, em primeiro lugar, manifestar o meu agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Lídia Oliveira pelo apoio, disponibilidade, orientação e constante incentivo manifestado ao longo da elaboração deste trabalho.

Estou igualmente grata ao meu namorado, pelo carinho, compreensão e confiança que sempre depositou nas minhas capacidades.

Aos meus colegas do mestrado, com quem vivi um verdadeiro ambiente de aprendizagem coletiva.

Aos meus amigos, pelo tempo e sorriso que me dedicaram, fundamentais para o meu estímulo emocional e intelectual.

Finalmente, quero agradecer de maneira muito especial ao meu irmão, pela paciência demonstrada, e aos meus pais, pelo amor incondicional, inspiração e importante ajuda na superação de obstáculos, que ao longo desta caminhada foram surgindo.

Ana Cortinhas

Abril de 2013

Os relatórios de sustentabilidade e o auditor: Estudo às empresas cotadas na *Euronext* Lisboa

Resumo

Esta dissertação, através da perspetiva positivista, pretende analisar quais os fatores corporativos que justificam a publicação dos relatórios de sustentabilidade voluntariamente pelas empresas, bem como os fatores corporativos que sustentam a sua opção de os credibilizar. Para tal, foram realizados dois estudos, atendendo às empresas cotadas na *Euronext* Lisboa no final de cada exercício económico no período de 2008 a 2011.

O primeiro estudo analisa quais as características das empresas que justificam a opção de publicação de um relatório de sustentabilidade. Recorrendo aos modelos *logit* e *probit* concluiu-se que as empresas de maior dimensão, menos endividadas e com maior número de participadas estrangeiras tendem a publicar o relatório de sustentabilidade.

O segundo estudo analisa quais as características das empresas que justificam a opção de possuir um relatório de sustentabilidade credibilizado por uma entidade independente/auditor. Usando uma vez mais os modelos *logit* e *probit*, os resultados indicam que as maiores e mais endividadas são mais propensas a credibilizarem externamente os seus relatórios de sustentabilidade.

Quanto é do nosso conhecimento, com este trabalho estudam-se pela primeira vez os fatores associados à publicação do relatório de sustentabilidade pelas empresas portuguesas cotadas na *Euronext* Lisboa, bem como os fatores associados à sua credibilização por um prestador de garantia externo.

Palavras-chave: relatórios de sustentabilidade, credibilização/garantia de fiabilidade, Portugal, auditor/entidade independente, fatores corporativos.

Sustainability reports and the auditor: The case study of Euronext Lisbon listed companies

Abstract

This master dissertation adopts a positive approach and explores factors associated with the publication of the voluntary corporate sustainability report by companies, and factors associated with the option to assurance its sustainability report by an external assurance provider. Two studies were conducted using as sample Portuguese companies listed on Euronext Lisbon on 31 December, from 2008 to 2011.

The first study examines factors associated with the publication of sustainability report. Using logit and probit models we conclude that larger companies, less indebted companies and with higher number of foreign subsidiaries tend to publish sustainability report.

The second study analyses corporate characteristics associated with the option to assurance its sustainability report by an independent entity/auditor. Using once again logit and probit models, the results indicate that larger and more indebted companies are the more likely to assurance its sustainability report by an independent entity/auditor.

So far as we know, this study is the first study that explores factors associated with the publication of a sustainability report by Portuguese companies listed on Euronext Lisbon, as well as factors associated with the option to assurance its sustainability report by an external assurance provider.

Keywords: sustainability reporting, assurance, Portugal, auditor/independent entity, corporate factors.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Tabelas	xi
Índice de Figuras	xi
Abreviaturas	xii
1. Introdução.....	3
1.1. Justificação do tema.....	3
1.2. Objetivos do estudo e Questões de partida.....	4
1.3. Contribuições esperadas	4
1.4. Estrutura do trabalho	5
2. Revisão de literatura	7
2.1. Enquadramento teórico: Teoria da legitimidade	7
2.2. A responsabilidade social corporativa, a sustentabilidade e a divulgação voluntária	10
2.3. Os relatórios de sustentabilidade	15
2.4. O papel da entidade independente/auditor nos relatórios de sustentabilidade	17
2.5. Orientações para os relatórios de sustentabilidade e sua credibilização.....	22
2.6. Revisão de estudos anteriores.....	30
3. Objetivos e Métodos de Investigação	37
3.1. Objetivos do estudo e Questões de partida.....	37
3.2. Método de Investigação.....	37
3.2.1. Perspetiva da Investigação.....	37
3.2.2. Preparação da Investigação.....	38
3.2.3. Análise de conteúdo.....	38
3.2.4. Desenho da Investigação	39
4. Estudos Empíricos.....	43
4.1. Estudo 1 - Fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas de publicação voluntária do relatório de sustentabilidade	43
4.1.1. Desenvolvimento das hipóteses e definição das variáveis	43

4.1.2. Amostra	51
4.1.3. Análise dos resultados	53
4.2. Estudo 2 – Fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas de credibilização externa voluntária do relatório de sustentabilidade	59
4.2.1. Desenvolvimento das hipóteses e definição das variáveis	59
4.2.2. Amostra	63
4.2.3. Análise dos Resultados	63
5. Conclusão	71
5.1. Sumário	71
5.2. Contribuições do Estudo.....	73
5.3. Limitações	73
5.4. Investigação Futura.....	74
Apêndices	75
Apêndice A: Listagem das empresas portuguesas cotadas no período 2008 a 2011 na Euronext Lisboa	75
Apêndice B: Caracterização da amostra quanta à emissão detalhada de relatórios de sustentabilidade	76
Apêndice C: Designações dadas à informação sustentável	77
Apêndice D: Orientações seguidas na elaboração do relatório de sustentabilidade.....	79
Referências bibliográficas.....	81

Índice de Tabelas

Tabela 1. Variáveis independentes e <i>proxies</i> do estudo 1	51
Tabela 2. Número de empresas da amostra do estudo 1 por ano	51
Tabela 3. Empresas com o relatório de sustentabilidade incluído no Relatório e Contas.....	52
Tabela 4. Número e percentagem de empresas com e sem Relatório de Sustentabilidade	53
Tabela 5. Estatísticas Descritivas	54
Tabela 6. Correlações de <i>Spearman</i> (n=170)	55
Tabela 7. Resultados do Modelo de Regressão <i>Logit</i> sem <i>Outliers</i> (resultados robustos)	56
Tabela 8. Resultados do Modelo de Regressão <i>Probit</i> sem <i>Outliers</i> (resultados robustos).....	58
Tabela 9. Variáveis independentes e <i>proxies</i> do estudo 2.....	63
Tabela 10. Número de empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade	63
Tabela 11. Número e percentagem de Relatório de Sustentabilidade credibilizados <i>versus</i> não credibilizados	64
Tabela 12. Prestadores de Garantia mais comuns dos Relatórios de Sustentabilidade.....	64
Tabela 13. Estatísticas Descritivas	65
Tabela 14. Correlações de <i>Spearman</i> (n=78)	66
Tabela 15. Resultados do Modelo de Regressão <i>Logit</i> sem <i>Outliers</i> (resultados robustos)	67
Tabela 16. Resultados do Modelo de Regressão <i>Probit</i> sem <i>Outliers</i> (resultados robustos)...	68

Índice de Figuras

Figura 1. Fases para a elaboração do estudo de investigação	39
---	----

Abreviaturas

AA1000 - *Accountability 1000*

AA1000APS – *AA1000 Accountability Principles Standard*

AA1000AS - *AA1000 Assurance Standard*

BCSD - *Business Council for Sustainable Development*

BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Big 4 - engloba a *Deloitte and Touche, KPMG, PricewaterhouseCoopers e Ernst and Young*

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CSC - Código das Sociedades Comerciais

Deloitte - *Deloitte and Touche*

FEE - *Fédération des Experts Comptables Européens*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standard Board*

IFAC- *International Federation of Accountants*

ISEA - *Institute for Social and Ethical Accountability*

ISAE 3000 - *International Standard on Assurance Engagement 3000*

ONG's - Organizações não-governamentais

PWC – *PricewaterhouseCoopers*

RLE – Resultado Líquido do Exercício

ROA - *Return on Assets*

RS – Relatório de Sustentabilidade

SA8000 - *Social Accountability 8000*

Os relatórios de sustentabilidade e o auditor:
Estudo às empresas cotadas na *Euronext* Lisboa

1. Introdução

1.1. Justificação do tema

Nos últimos 40 anos, o impacto social e ambiental na área dos negócios tem aumentado (Branco, 2006), originando uma procura de bens produzidos de forma responsável, o que leva a que a responsabilidade social assuma uma cada vez maior importância, interesse (Holder-Webb, Cohen, Nath, & Wood, 2009) e implicações relevantes (Branco, 2006).

O estudo da responsabilidade social corporativa aumentou nos anos 90, devido quer ao interesse dos investigadores por esta área, quer à atenção dada pelos governos, contabilistas e organizações. E tudo indica que continuará a aumentar (Deegan, 2002; Logsdon & Lewellyn, 2000), uma vez que existem muitas áreas de investigação dentro da responsabilidade social corporativa (Deegan, 2002).

Decorrente da sensibilização da sociedade para o desenvolvimento sustentável, assistiu-se a uma crescente propensão por parte das organizações em divulgarem os relatórios de sustentabilidade (Hubbard, 2011; Simnett, Vanstraelen, & Chua, 2009), com o intuito de fornecer informação aos utilizadores, assegurar o seu comportamento organizacional, a gestão de riscos e a construção de uma imagem corporativa.

No entanto, a publicação dos relatórios de sustentabilidade reveste-se de uma natureza voluntária. Consequentemente, a potencial falta de fiabilidade da informação contida nos relatórios de sustentabilidade, levou ao surgimento de uma visão negativa em seu redor (O'Dwyer, Unerman, & Hession, 2005), fazendo com que fossem pouco utilizados pelos *stakeholders* (Rob Gray, 2001). Isto despoletou a necessidade e importância da sua credibilização (Manetti & Becatti, 2009), por um auditor ou terceira entidade independente, capazes de lhes acrescentar uma garantia extra (Simnett et al., 2009). Concludentemente, na última década e meia, tem-se assistido à publicação de orientações conducentes à verificação dos relatórios de sustentabilidade, sendo de salientar as seguintes: GRI, AA1000, FEE e ISAE 3000.

Mas a análise dos relatórios de sustentabilidade é atualmente ainda reduzida, apesar do aumento da sua relevância e divulgação (Hubbard, 2011). Segundo Aguilera, Rupp, Williams, & Ganapathi (2007), os estudos sobre a responsabilidade social corporativa e a

sustentabilidade são um contributo essencial para a literatura, principalmente no que concerne à procura voluntária pela sua garantia de fiabilidade/credibilização, sendo a investigação nesta área ainda insuficiente (Kolk & Perego, 2010; Simnett et al., 2009; Wallage, 2000).

Face ao exposto o tema em questão – os relatórios de sustentabilidade e o auditor – reveste-se de particular pertinência, essencialmente devido à escassez de estudos nesta área em Portugal (ver por exemplo: Branco, 2006; Branco & Rodrigues, 2008; Dias, 2009).

1.2. Objetivos do estudo e Questões de partida

Este trabalho pretende analisar os fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas de publicar voluntariamente os seus relatórios de sustentabilidade e, conseqüentemente, de os credibilizar.

Para atingir o objetivo proposto, pretende-se responder às seguintes questões de partida:

- Quais as características das empresas que justificam a opção de publicar um relatório de sustentabilidade?
- Quais as características das empresas que justificam a opção de possuir um relatório de sustentabilidade credibilizado por uma entidade independente/auditor?

De forma a dar resposta a estas questões, este trabalho foca-se nas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa no período 2008 a 2011.

1.3. Contribuições esperadas

Pretende-se com esta dissertação aprofundar o conhecimento sobre esta área de investigação, proporcionando evidência empírica com base numa amostra de empresas portuguesas, que quanto é do nosso conhecimento não têm sido suficientemente estudada.

1.4. Estrutura do trabalho

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. De seguida apresenta-se a revisão de literatura, que abarca diversos tópicos e pretende fazer um enquadramento do tema. O terceiro capítulo abrange os objetivos e os métodos de investigação utilizados. O capítulo quatro é um capítulo empírico, onde são desenvolvidos os dois estudos tendentes a responder às questões de partida. Por último, no capítulo cinco são apresentadas as principais conclusões, contribuições, limitações do estudo e pistas para investigações futuras.

2. Revisão de literatura

A revisão de literatura encontra-se subdividida em seis subcapítulos: o enquadramento teórico; a responsabilidade social corporativa, a sustentabilidade e a divulgação voluntária; os relatórios de sustentabilidade; o papel da entidade independente/auditor; e orientações para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade e sua credibilização. Para finalizar será apresentada uma revisão de alguns estudos realizados sobre o tema.

2.1. Enquadramento teórico: Teoria da legitimidade

A teoria da legitimidade é descrita como a teoria sistemática (Deegan, 2002, 2006), ou seja, a organização é influenciada, mas também influencia a sociedade onde esta inserida (Deegan, 2002). Esta teoria considera que a organização faz parte de um sistema social, isto é, tem impacto na sociedade onde esta inserida, mas também é afetada por esta, e explica as considerações das expectativas da sociedade (Branco & Rodrigues, 2008; Deegan, 2002, 2006), embora não considere os conflitos estruturais nem as classes da sociedade (Deegan, 2006).

A teoria da legitimidade tem como princípio a legitimidade social, ou seja, a aceitação das organizações por parte da sociedade, uma vez que aquelas estão inseridas num ambiente social e, por isso, o seu desempenho e expectativas variam de acordo com esse ambiente (Branco & Rodrigues, 2008).

A legitimidade pode ser definida como “uma perceção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (Suchman, 1995, p. 574), ou como “um julgamento social de adequação, aceitação e desejo” (Zimmerman & Zeitz, 2002, p. 418). A legitimidade é dinâmica (Lindblom, 1994 citado em Deegan, 2002, 2006) e depende do tempo e do lugar (Deegan, 2006), ou seja, só pode ser compreendida num contexto e num determinado momento. Isto porque o que é aceite num contexto pode não ser aceite noutra e se as expectativas da sociedade alteram, a legitimidade também se altera

(Davis, 1973; Deegan, 2002, 2006) e as organizações têm que se adaptar para sobreviverem (Dowling & Pfeffer, 1975 citados em Deegan, 2002; Deegan, 2006).

O princípio fundamental da teoria da legitimidade é o da existência de um contrato social, (Mathews, 1993, p. 26. citado em Deegan, 2002, 2006):

O contrato social existiria entre organizações (empresas geralmente limitadas) e membros individuais da sociedade. A sociedade (como um conjunto de indivíduos) oferece às organizações a sua posição legal, atributos e a autoridade de possuir e usar os recursos naturais e de contratar funcionários. As organizações recorrem aos recursos da comunidade [...] A organização não tem direitos inerentes a estes benefícios, e de forma a permitir a sua existência, a sociedade espera que os benefícios excedam os custos para a sociedade.

O contrato social é utilizado para relatar o conjunto de expectativas que a sociedade tem sobre como uma organização dirige as suas operações, sendo que estas devem satisfazer as expectativas incorporadas no contrato social (Deegan, 2006). Quando este é quebrado pela organização e a sociedade se apercebe, a sobrevivência da organização é colocada em causa (Deegan, 2002). Diferentes gestores levam a que haja diferentes perspetivas do contrato social, originando diferentes estratégias com o objetivo de a organização ser aceite pelos diversos *stakeholders* (Deegan, 2002, 2006).

O processo de legitimação é um meio utilizado para criar, manter ou reparar as expectativas da sociedade em relação às normas e valores que a organização pratica, e fazer com que estas sobrevivam (Deegan, 2006; Holder-Webb et al., 2009), sendo por isso dada importância às normas, valores e ao comportamento empresarial apropriado, incluindo para além da rentabilidade, os objetivos sociais (Brønn & Vidaver-Cohen, 2009). Segundo O'Donovan (2002), é mais difícil ganhar ou reparar do que manter a legitimidade, sendo que existem diversos níveis de legitimidade para manter.

Quando o desempenho da organização difere das expectativas da sociedade existe o chamado *legitimacy gap*, dado que a sociedade tem determinadas expectativas acerca do comportamento adequado das organizações e estas podem não agir adequadamente (Branco & Rodrigues, 2007; Lindblom, 1994 citado em Deegan, 2002; Deegan, 2006).

Como a legitimidade é baseada nas expectativas que a sociedade tem da organização (Branco & Rodrigues, 2007), esta é considerada um meio que pode ser influenciado por qualquer prática de divulgação corporativa (Deegan, 2006).

Quando a legitimidade está ameaçada, as organizações tentam: adaptar as suas operações e objetivos às definições de legitimidade influentes; alterar as definições de legitimidade social, através da comunicação, de forma a estas coincidirem com as práticas atuais da organização; ou ganhar a aceitação da sociedade através da comunicação de símbolos e valores relacionados com a legitimidade (Holder-Webb et al., 2009).

Para Lindblom (1994) citado em Deegan, (2002) há quatro formas para uma organização criar ou manter a legitimidade, designadamente: informar os *stakeholders* sobre as alterações no seu desempenho e atividades; tentar alterar as perceções dos *stakeholders*; manipular as perceções para chamar a atenção para outras áreas, como os símbolos emotivos; e, por último, alterar as expectativas externas do seu desempenho.

Para Lindblom (1994) e Dowling & Pfeffer (1975) citados em Deegan (2002) a divulgação da informação poderá ser um meio para executar as estratégias enumeradas anteriormente. A divulgação da informação é um método frequentemente utilizado para restabelecer a legitimidade da organização (Deegan, 2002, 2006), dado que pode alterar a opinião da sociedade, convencendo-a de que a organização esta a agir de acordo com as suas expectativas (Branco & Rodrigues, 2008; Deegan, 2002).

Esta teoria tem diversas aplicações, que tentam explicar as práticas de divulgação da informação da organização, como por exemplo, explicar a divulgação voluntária realizada nos relatórios anuais corporativos ou nos relatórios de sustentabilidade (Branco & Rodrigues, 2008; Deegan, 2002, 2006). A teoria da legitimidade começou a ser utilizada recentemente em trabalhos sobre a contabilidade social e ambiental (Deegan, 2006). Segundo Gray, Owen, & Adams (1996) citados em Deegan (2002) consiste em evidenciar o papel da informação e da sua divulgação nas relações entre as organizações, o Estado, os indivíduos e os grupos.

Uma vez que com este estudo se pretende analisar os fatores corporativos subjacentes à publicação e credibilização do relatório de sustentabilidade, é compreensível que esta teoria fornece os fundamentos que sustentam estas práticas. Ou seja, as empresas publicam o

relatório de sustentabilidade para irem ao encontro das expectativas da sociedade e credibilizam-no de forma a manter e ganhar legitimidade.

2.2. A responsabilidade social corporativa, a sustentabilidade e a divulgação voluntária

O primeiro relatório social foi elaborado na década de 1940, mas foi na década de 1970 que algumas organizações (por exemplo, o Banco da América e a General Motors) começaram a divulgar voluntariamente os seus relatórios sociais (Logsdon & Lewellyn, 2000). Contudo este movimento abrandou posteriormente o seu ritmo e só nos anos noventa é que a responsabilidade social ganhou grande importância (Logsdon & Lewellyn, 2000), incorporando as empresas voluntariamente as questões sociais e ambientais nas suas atividades e relações com os *stakeholders* (Branco & Rodrigues, 2006, 2007).

Tal se deveu ao facto de cada vez mais os consumidores procurem produtos fabricados de modo responsável, originando maiores necessidades de atividades e de informação acerca da responsabilidade social corporativa (Holder-Webb et al., 2009). Consequentemente, na última década o investimento em responsabilidade social aumentou substancialmente, e os relatórios de responsabilidade social têm ganho cada vez mais adeptos (Holder-Webb et al., 2009).

Este aumento da responsabilidade social por parte das organizações deve-se ao aumento da dimensão, da capacidade e do crescimento das organizações multinacionais, mas também de uma maior perceção dos impactos que as organizações têm no meio ambiente e na sociedade onde estão inseridas (Adams, 2004). Tal aumento foi estimulado pelos *media*, pela internet e pelas ações de organizações não-governamentais (ONG's) (Adams, 2004).

No que concerne ao âmbito da responsabilidade social, segundo Davis (1960, p.70), “as decisões e as atividades exercidas pelas organizações devem ir para além do interesse económico e técnico”. Posteriormente, em 1971, o Comité para o Desenvolvimento Económico afirmou que as relações entre a sociedade e as organizações estão a mudar, pois as organizações têm mais responsabilidade perante a sociedade, considerando os valores morais e sociais e melhorando a qualidade de vida dos indivíduos que pertencem à sociedade (Dennis, Neck, & Goldsby, 1998). Mais recentemente, Holme & Watts (2000, p.10)

apresentam a responsabilidade social como “o compromisso da organização em contribuir para um desenvolvimento económico sustentável, através da melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários e respetivas famílias, da comunidade local e da sociedade em geral”.

A responsabilidade social corporativa abarca quatro tipos de responsabilidade social, nomeadamente, económica, legal, ética e filantrópica (Carrol, 1999). A primeira considera que as organizações têm que produzir bens e serviços necessários à sociedade. Na segunda, as organizações têm de agir dentro dos limites impostos pela lei. As últimas duas são mais generalistas, sendo que a responsabilidade ética atende às normas e valores da sociedade, e na responsabilidade filantrópica, as organizações realizam atividades voluntárias quando as expectativas da sociedade não são tão explícitas (Carrol, 1999). As organizações devem cumprir em simultâneo com estes tipos de responsabilidade social (Carrol, 1999).

Cada vez mais a sociedade se preocupa com causas de responsabilidade social corporativa, o que faz com que haja mais pressões sobre as organizações quanto ao seu impacto social e ambiental, fazendo com que estas se tornem mais responsáveis e tenham em conta as questões sociais nas suas atividades (Branco & Rodrigues, 2006, 2007), e atendam aos impactos sociais dos seus processos de tomada de decisão (Branco & Rodrigues, 2007).

A sociedade tem expectativas sobre qual deve ser o comportamento da organização (Branco & Rodrigues, 2007) e, por sua vez, as organizações, para se legitimarem, recorrem a atividades de responsabilidade social que vão ao encontro das pressões sociais e políticas e das normas sociais e expectativas da sociedade, na qual estão inseridas (Branco & Rodrigues, 2006, 2007). Por isso, as organizações têm que considerar as necessidades da sociedade no longo prazo. Para tal, devem envolver-se em atividades vantajosas para a sociedade e diminuir o impacto negativo das suas operações (Branco & Rodrigues, 2007).

A reputação de uma organização é determinada através da comparação entre os seus comportamentos e as expectativas dos *stakeholders*, sendo avaliada através da informação de responsabilidade social corporativa divulgada pela organização (Branco & Rodrigues, 2006). As organizações para construírem uma boa reputação têm que agir em concordância com os valores sociais e éticos da sociedade onde estão inseridas (Branco & Rodrigues, 2006). Mas para tal, é necessário o apoio da sociedade, através, por exemplo, da lealdade dos clientes, do compromisso dos trabalhadores e da legitimidade da sociedade (Branco & Rodrigues, 2006).

A responsabilidade social empresarial está associada a causas éticas e morais, relacionadas com a proteção do meio ambiente, gestão de recursos humanos, saúde, segurança no trabalho, interação com a sociedade onde a organização está inserida e com os seus clientes e fornecedores (Branco & Rodrigues, 2006). O foco central é descobrir se a organização deve ou não envolver-se em atividades de responsabilidade social, avaliando se as atividades são vantajosas ou desvantajosas para a sociedade (Branco & Rodrigues, 2006, 2007). Inicialmente a responsabilidade social corporativa era considerada desfavorável para o lucro da organização, mas atualmente considera-se vantajosa, pelo menos no longo prazo (Branco & Rodrigues, 2007).

Há uma grande variedade de motivações que levam as organizações a se envolverem em questões/atividades de responsabilidade social, nomeadamente¹:

- Obter vantagens competitivas em relação a outras organizações e vantagens internas, nomeadamente, o desenvolvimento de novos recursos e capacidades corporativas (Branco & Rodrigues, 2006, 2007) e que essas vantagens ajudem à sua sustentabilidade, dado que estas atividades acarretam custos (designadamente, adquirir equipamentos ecológicos, implementar controlos de qualidade mais rigorosos e novos programas de saúde, segurança e ambiente) (Branco & Rodrigues, 2006);
- Reduzir os rendimentos tributáveis e assim reduzir os custos e aumentar as receitas, promovendo aptidões importantes aos administradores e levando a uma melhor gestão da organização no longo prazo (Branco & Rodrigues, 2006);
- Criar ou manter a legitimidade (Branco & Rodrigues, 2007; Holder-Webb et al., 2009);
- Seguir as normas e pressões socioculturais da sociedade (estas atualmente estão direcionadas para a responsabilidade social) (Branco & Rodrigues, 2006; Davis, 1973);
- Melhorar a sua imagem pública (que faz aumentar os clientes e ter melhores funcionários) (Branco & Rodrigues, 2006; Davis, 1973);
- Criar uma reputação corporativa, sendo esta considerada um recurso intangível essencial (Branco & Rodrigues, 2006). Uma boa reputação corporativa poderá atrair mais capital, mais parceiros comerciais, investidores, aumentar o valor das ações,

¹ Ver também Davis (1973).

contribuir para melhores relações com os clientes, fornecedores e investidores, para aliciar melhores trabalhadores e aumentar a motivação e lealdade dos trabalhadores atuais (Branco & Rodrigues, 2006). E, conseqüentemente, a organização pode melhorar o seu desempenho financeiro (Branco & Rodrigues, 2006).

A responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável são conceitos intrinsecamente ligados e a responsabilidade social corporativa pode ser considerada como a contribuição para o desenvolvimento sustentável (Perez & Sanchez, 2009).

O conceito de desenvolvimento sustentável apenas começou a ser utilizado, para além dos especialistas, em meados de 1980 (FEE, 2002; Perez & Sanchez, 2009; Steurer, Langer, Konrad, & Martinuzzi, 2005), mas só apenas no início de 1990 as organizações começaram a elaborar os relatórios de sustentabilidade (Deegan, Cooper, & Shelly, 2006; Hubbard, 2011; Perez & Sanchez, 2009).

O desenvolvimento sustentável é definido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras” (Steurer et al., 2005, p. 263), e engloba as áreas económicas, sociais e ambientais (*triple bottom line*) tanto a curto como a longo prazo (Gao & Zhang, 2006; Hubbard, 2011; Logsdon & Lewellyn, 2000; Steurer et al., 2005). Ou seja, o *triple bottom line* está relacionado com a viabilidade económica, com a minimização dos impactos ambientais negativos e com as atividades exercidas de acordo com as expectativas sociais (Branco & Rodrigues, 2006). Mas inicialmente, apenas abrangia questões ambientais; posteriormente, passou a ter em consideração o crescimento económico, a proteção ambiental e a igualdade social (Branco & Rodrigues, 2006). A sustentabilidade é assim composta por três pilares: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social (Branco & Rodrigues, 2006) e é conseguida quando há um equilíbrio entre estas áreas sem comprometer as necessidades futuras (GRI, 2002a).

Com o avançar do tempo cada vez mais os *stakeholders* dão importância a aspetos relacionados com a responsabilidade sustentável, como os direitos humanos, o ambiente e a cidadania (Brønn & Vidaver-Cohen, 2009), devido ao impacto dos desastres ambientais, da legislação social e ambiental e às pressões da sociedade (Gao & Zhang, 2006). Por outro lado,

as organizações para além de proporcionarem bem-estar aos seus acionistas, têm também a responsabilidade de fornecer uma vida sustentável aos seus trabalhadores, fornecedores, clientes e à sociedade local e mundial (Deegan, 2002).

Consequentemente, as áreas da sustentabilidade devem ser consideradas fundamentais, analisadas como um ativo estratégico, porque influenciam a *triple bottom line* e a rentabilidade a longo prazo (Russo & Fouts, 1997). Devem também ser incorporadas na estratégia, missão, operações e desempenho das organizações, porque cada vez mais a sustentabilidade é uma vantagem competitiva das organizações (Gao & Zhang, 2006).

Segundo Dyllick & Hockerts (2002), as organizações socialmente sustentáveis são aquelas que aumentam o capital humano e promovem o capital social, através de iniciativas sociais, agregando valor à sociedade onde estão inseridas. A iniciativa social, segundo Brønn & Vidaver-Cohen (2009) consiste num projeto, prática ou política adotada pela organização em benefício da sociedade. E se voluntariamente as organizações ajudarem instituições sem fins lucrativos, países menos desenvolvidos, protegerem o ambiente estarão a promover estas iniciativas (Brønn & Vidaver-Cohen, 2009).

A divulgação da informação social é um importante meio a que as organizações recorrem para influenciarem as perceções externas que existem sobre si (Deegan, 2002), e é influenciada pelo contexto sociopolítico onde a organização está inserida e pelos incentivos económicos (Branco & Rodrigues, 2008). Quando há uma mudança nas preocupações da sociedade, as informações sociais e ambientais também se alteram, assim como a sua quantidade divulgada nos relatórios (Deegan, 2002; Perez & Sanchez, 2009).

Desde 1990 que a divulgação voluntária dos relatórios de responsabilidade social tem vindo a aumentar, uma vez que as exigências por parte dos *stakeholders* para responsabilizar as organizações pelos seus impactos têm crescido (Logsdon & Lewellyn, 2000). Contudo, a divulgação da informação social tem custos associados à recolha de informação, à sua comunicação e auditoria (Branco & Rodrigues, 2006).

Segundo Deegan (2002), as organizações envolvem-se em atividades de responsabilidade social e divulgam tal informação por diversos motivos: evitar a criação de regulamentação que obrigue as organizações a divulgarem a informação social (Deegan, 2002; Holder-Webb et al., 2009); obrigação legal (dependendo dos países) (Deegan, 2000 citado em Deegan,

2002); mostrar que a organização está a realizar boas ações (Holder-Webb et al., 2009); vantagens económicas (Friedman, 1962 citado em Deegan, 2002); o dever de fornecer informações sociais e ambientais à sociedade; a obtenção de financiamento, dado que cada vez mais as instituições financeiras solicitam informação sobre o desempenho social e ambiental; ir ao encontro das expectativas da sociedade; criar e manter a legitimidade da organização; gerir determinados grupos de *stakeholders*; captar fundos de investimento, porque há quem avalie as informações sociais divulgadas voluntariamente para decidir se vai ou não investir; seguir as exigências do setor de atividade ou dos códigos próprios de conduta e obter prémios. Uma organização pode ter simultaneamente diversos motivos para relatar a sua informação social e ambiental (Deegan, 2002).

A escolha do meio de divulgação da informação de responsabilidade social corporativa varia consoante o público-alvo, que atribuirá legitimidade à organização. O sítio da internet da organização é o meio mais utilizado, seguindo-se a imprensa e os registos obrigatórios (Holder-Webb et al., 2009; Lackmann, Ernstberger, & Stich, 2012).

Apesar da crescente importância dos relatórios de responsabilidade social corporativa/sustentabilidade e da sua divulgação, estes ainda não são regulamentados e poucos são credibilizados (Logsdon & Lewellyn, 2000; Park & Brorson, 2005).

2.3. Os relatórios de sustentabilidade

Há diversos motivos, nomeadamente, psicológicos, sociológicos e morais, que estão subjacentes à publicação dos relatórios de sustentabilidade (Brønn & Vidaver-Cohen, 2009). As organizações divulgam voluntariamente os seus relatórios de sustentabilidade para informar os *stakeholders*, criar/manter/recuperar a reputação corporativa (Simnett et al., 2009), melhorar a imagem e os seus interesses de longo prazo e aumentar a sua rendibilidade (Brønn & Vidaver-Cohen, 2009).

No entanto, a literatura aponta também razões para que as organizações não atendam à sustentabilidade: é um conceito complicado e de difícil compreensão; as organizações deparam-se com restrições financeiras, de tempo, falta de motivação do pessoal; e, por vezes, verifica-se desconhecimento sobre o tema (Rotheroe, Keenlyside, & Coates, 2003).

As pressões dos *stakeholders*, o aumento de fundos de investimento socialmente responsáveis e dos sistemas de classificação (por exemplo: Índice de Sustentabilidade Dow Jones) fez também crescer o número de divulgações de informação sustentável (Ballou, Heitger, & Landes, 2006). Essas divulgações são realizadas através dos relatórios de sustentabilidade. Estes relatórios são uma forma das organizações divulgarem os seus objetivos de sustentabilidade e o modo como os atingem (Gao & Zhang, 2006). Consequentemente, os *stakeholders* podem verificar se as suas preocupações foram tidas em consideração (Wallage, 2000).

A sustentabilidade está associada a conceitos como auditorias sociais, recursos humanos, capital intelectual e ambiente (Simnett et al., 2009). Com estas novas áreas da investigação em contabilidade foi necessário procurar novos meios para medir os valores do desempenho não financeiro (Simnett et al., 2009), e os relatórios de sustentabilidade são fundamentais para avaliar e divulgar esse tipo de desempenho (Hubbard, 2011). Estes relatórios são compostos por informações quantitativas e qualitativas (Manetti & Becatti, 2009), financeiras e não financeiras, e por informações sobre a atividade operacional, social e ambiental e o modo como agir com os riscos associados (Ballou et al., 2006).

O estudo realizado por Hubbard (2011) indica que as organizações têm diversas finalidades com o relatório de sustentabilidade, dado que em 30 relatórios havia 12 designações diferentes para o mesmo, tais como: Sustentabilidade, Responsabilidade Corporativa, Cidadania Corporativa, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Corporativa e Social, Meio Ambiente e Sociedade, entre outros.

Tal acontece porque não há obrigatoriedade na sua elaboração, nem um formato padronizado (Deegan et al., 2006; Hubbard, 2011). Também cada setor tem diferentes questões a abordar e por isso a comparação entre as organizações é impraticável (Hubbard, 2011). Caso houvesse um modelo padrão para os relatórios de sustentabilidade, a informação seria comparável e de mais fácil interpretação, haveria menos confusão e auxiliaria na sua auditoria (Wallage, 2000). Por isso, os relatórios de sustentabilidade devem ser melhorados, fornecendo informação útil, confiável, relevante sobre os impactos da organização na sociedade e tornando-se comparáveis (Hubbard, 2011).

2.4. O papel da entidade independente/auditor nos relatórios de sustentabilidade

Cada vez mais os relatórios de sustentabilidade são um grande desafio para os auditores financeiros (Wallage, 2000) e um importante meio de comunicação. Consequentemente, os prestadores de garantia têm vindo a aumentar as suas competências para esta área (O'Dwyer, 2011), tendo por isso as empresas prestadoras de garantia financeira, nos últimos 20 anos, abarcado o novo mercado das auditorias ambientais (Power, 1997).

Os relatórios de sustentabilidade ainda não são vistos de forma positiva no que diz respeito à sua credibilização (Hubbard, 2011; O'Dwyer et al., 2005), e a falta de um padrão para estes relatórios é um entrave para a sua auditoria (Wallage, 2000). Embora a auditoria a estes relatórios tenha aumentado na Europa (O'Dwyer & Owen, 2005) a partir de metade dos anos 90 (Deegan et al., 2006; Deegan, 2002; Perez & Sanchez, 2009), ainda são poucos os relatórios de sustentabilidade credibilizados (Adams & Evans, 2004; Adams, 2004; Deegan et al., 2006). Existem setores de atividade em que os *stakeholders* fazem pressão para que a informação seja transparente e verificada, nomeadamente o setor mineiro, destacado por Deegan et al. (2006). Atualmente outros setores de atividade começaram já a perceber a importância da credibilização dos relatórios de sustentabilidade (Deegan et al., 2006).

O sucesso dos relatórios de sustentabilidade depende da informação neles contida ser real, credível (Hubbard, 2011; Simnett et al., 2009), fiável e íntegra (O'Dwyer & Owen, 2005; O'Dwyer, 2011). Por isso, a credibilização/garantia de fiabilidade é um processo essencial (Adams & Evans, 2004; Simnett et al., 2009) e a falta desta diminuiu a qualidade e utilidade dos mesmos (Ballou et al., 2006).

Os relatórios de sustentabilidade são possíveis de auditar, dado que há áreas quantificáveis (Ballou et al., 2006). Mas, por vezes devido à falta de instrumentos de medição, os valores e os dados não são suficientemente confiáveis para serem auditados (Ballou et al., 2006); ou quando o são, a sua abrangência é limitada, contendo aspetos não auditados (Ballou et al., 2006; Wallage, 2000), podendo incluir diferentes níveis de garantia para diferentes partes do relatório (AccountAbility, 2008; Wallage, 2000).

Segundo a GRI (2001) citado em Deegan et al. (2006), o prestador de garantia pode credibilizar: quanto à precisão e à integridade dos dados quantificáveis; quanto à confiança

dos rácios e indicadores e dos mecanismos utilizados para medir e registar os dados; se o relatório foi executado tendo em conta determinadas normas; se a organização dialogou com os seus *stakeholders*; se as políticas internas e sistemas de gestão foram implementados de acordo com o que foi dito pela administração; e se o relatório apresenta uma imagem completa e justa, sem erros materiais.

Não há nenhuma regulamentação que obrigue a que os relatórios de sustentabilidade sejam credibilizados (FEE, 2002; Simnett et al., 2009), nem que determine quem os deve credibilizar (Deegan et al., 2006). As organizações voluntariamente credibilizam-nos (Deegan, 2002), interna e externamente (Adams & Evans, 2004). A credibilização interna aplica-se às políticas, à estrutura da organização, aos sistemas de gestão, à gestão do risco, ao registo das conformidades e aos sistemas de auditorias internas (Adams & Evans, 2004).

Mas a verificação externa é essencial (Adams & Evans, 2004; Adams, 2004) para compensar a falta de controlo interno (Calvo & Wellisz, 1978). Também porque se acredita que os benefícios são superiores aos custos (Simnett et al., 2009). Como benefícios, os trabalhos de garantia aumentam a credibilização das informações e a confiança dos utilizadores e diminuem os custos de agência (Simnett et al., 2009), fazendo com que os relatórios de sustentabilidade credibilizados sejam mais legítimos (Holder-Webb et al., 2009). Há organizações que acreditam que ter tais relatórios credibilizados lhes acrescenta valor (Deegan et al., 2006). Mas, no estudo de Deegan et al. (2006), esse valor é questionado, devido ao modo como as declarações de garantia são elaboradas. O método de credibilização é bastante variável tanto entre países como dentro deles, o que torna as comparações difíceis (Deegan et al., 2006). Essa variação acontece na enunciação de opiniões, nas normas utilizadas, no objetivo, no título e nos destinatários (Deegan et al., 2006). Por isso, é complicado referir como ocorreu o processo de credibilização (AccountAbility, 2003 citado em Deegan et al., 2006) e também porque a credibilidade da informação pode variar consoante as normas de auditoria, os códigos da profissão e as exigências da formação profissional (Healy & Palepu, 2001). Relativamente às normas de auditoria, estas sofreram grandes mudanças legais e organizacionais em finais de 1990 (Healy & Palepu, 2001), mas devem ainda ser acrescentadas normas específicas para a garantia aos relatórios de sustentabilidade (Manetti & Becatti, 2009).

O prestador de garantia, no início do processo de avaliar e relatar se os relatórios de sustentabilidade são íntegros e credíveis e se respondem as preocupações dos *stakeholders*

(Adams & Evans, 2004), deve escolher quais os métodos adequados para os credibilizar, sendo que estes variam consoante os objetivos, o âmbito e as expectativas da organização e dos *stakeholders* (Deegan et al., 2006) e averiguar se os critérios existentes são adequados, ou seja, se permitem fazer uma avaliação razoável (Wallage, 2000). Para tal, os critérios devem ser relevantes (quando influenciam as decisões dos utilizadores), confiáveis, neutros, compreensíveis e íntegros (FEE, 2002), embora no âmbito social seja difícil definir níveis de relevância e confiabilidade (Wallage, 2000).

De um modo geral, a garantia pode ser definida como um meio utilizado para aumentar a confiança das pessoas, através de declarações específicas, relatórios ou afirmações (Deegan et al., 2006). Segundo Elkington (1997) citado em Deegan (2002), a auditoria social, de um modo abrangente, é um método em que as organizações avaliam o seu desempenho tendo em conta as expectativas e as exigências da sociedade. Para Gao & Zhang (2006), é um método de elaboração e avaliação dos relatórios de sustentabilidade, ajudando na avaliação do planeamento ambiental, ético e social e a ter em conta estas áreas na tomada de decisão por parte da organização. A auditoria social é composta por 10 fases, designadamente: revisão de estratégia; definição dos limites da auditoria; definição dos indicadores de desempenho; parecer dos *stakeholders*; auditoria interna; verificação de documentos; elaboração do relatório; verificação externa; divulgação do relatório e diálogo com os *stakeholders* (Gao & Zhang, 2006). Com isto, pretende-se que as organizações sejam mais responsáveis e transparentes (Hill, Fraser, & Cotton, 1998) e criar confiança, identificar compromissos e promover a colaboração entre as organizações e os *stakeholders* (Gao & Zhang, 2006).

O termo auditoria social foi empregue pela primeira vez em 1950 e o conceito foi evoluindo com o aumento das pressões nas organizações a nível social, ambiental e ético (Gao & Zhang, 2006). Mas para melhorar as auditorias sociais deve standardizar-se o conteúdo e a configuração das declarações finais (Deegan et al., 2006).

A credibilização consiste na emissão de um parecer, ou seja, uma comunicação que nos indica que foram realizados processos de auditoria, e que os relatórios analisados são fiáveis com um nível admissível de erro (Abdel-khalik, 1993), sendo a neutralidade uma condição essencial para a credibilização (Wallage, 2000). Para emitir o seu parecer, o prestador de garantia tem de conhecer a empresa, os seus problemas, dialogar com os *stakeholders*, saber quais os processos de responsabilização e as técnicas de auditoria (Adams & Evans, 2004). Este pode ser emitido tendo por base comprovativos apropriados sobre a pertinência e a fiabilidade da

informação (Manetti & Becatti, 2009) através de reguladores, auditores ou intermediários, sendo que estes têm que aceitar as responsabilidades éticas, sociais e ambientais (Adams & Evans, 2004; Adams, 2004) e ser independentes dos interesses dos seus clientes (Healy & Palepu, 2001), devendo ser a independência e a imparcialidade do prestador de garantia avaliada pelos *stakeholders* (Adams & Evans, 2004).

A escolha por credibilizar ou não os relatórios de sustentabilidade e do prestador do trabalho de garantia de fiabilidade depende da cultura empresarial do país onde a organização está inserida (Simnett et al., 2009). Os relatórios de sustentabilidade podem ser credibilizados por entidades independentes, que podem ser auditores ou não, nomeadamente, empresas de gestão ambiental, especialistas sociais, ambientais e éticos (Deegan et al., 2006; Kolk & Perego, 2012; Simnett et al., 2009; Wallage, 2000), sendo realizada, maioritariamente por organismos de certificação, consultorias especializadas e pelas *Big 4*, embora estas últimas dominem a certificação dos relatórios de sustentabilidade (O'Dwyer, Owen, & Unerman, 2011; O'Dwyer, 2011).

Mas atualmente, ainda não há regulamentação que delimite quais as partes do relatório a verificar pelo prestador de garantia, nem sobre quem deverá realizar o trabalho de credibilização, nem quais são as competências necessárias, dado não haver requisitos legais (Deegan et al., 2006). Consequentemente, é a administração da organização que define quais as partes do relatório a verificar (Deegan et al., 2006; FEE, 2002), e esta decisão pode depender do tipo de negócio, da geografia das instalações (Deegan et al., 2006). É também o órgão de gestão que escolhe quem será o prestador de garantia (Adams & Evans, 2004; Deegan et al., 2006; O'Dwyer & Owen, 2005). Segundo a GRI (2002a) as organizações devem atender ao grau de independência, liberdade e de conflito de interesses do prestador de garantia, à sua capacidade de equilibrar os vários interesses dos *stakeholders* e que este não tenha estado envolvido em nenhuma fase da elaboração do relatório de sustentabilidade. Por sua vez, o prestador de garantia para aceitar um trabalho de garantia de fiabilidade deve questionar-se se tem as competências necessárias, recursos e pessoal para realizar o trabalho dentro do prazo, se não há ameaças à sua independência, se para o nível de garantia pretendido há critérios adequados, se não há limitações intoleráveis e se a organização tem boa reputação (FEE, 2002).

A nível global, os auditores estão inseridos numa profissão com exigências éticas, de independência, com instrumentos de controlo de qualidade e, por isso, são considerados ter

competências e legitimidade para fornecer elevada qualidade de garantia (Simnett et al., 2009).

A fim de credibilizar os relatórios de sustentabilidade, a organização, em função da relação custo-benefício, poderá optar por um auditor ou por outro prestador de garantia, sendo que se escolher um auditor os custos são superiores (Simnett et al., 2009). Todavia, as entidades prestadoras de garantia, que não auditores, podem ter mais competências para credibilizar os relatórios de sustentabilidade, sendo por vezes contratadas pelas empresas de auditoria ou pelos auditores para os auxiliar (Deegan et al., 2006; FEE, 2002; Manetti & Becatti, 2009; Simnett et al., 2009; Wallage, 2000), havendo assim uma cooperação multidisciplinar (FEE, 2002; Wallage, 2000). Quando tal acontece, tem que se identificar claramente as responsabilidades de cada um, que pode ser: dividida, conjunta (quando há uma cooperação interdisciplinar) ou haver compromissos separados para cada área (Manetti & Becatti, 2009).

Para que os grupos de auditoria possam colaborar entre si ou até existir só um grupo de trabalho, o Relatório e Contas deve ser incorporado no relatório de sustentabilidade, ou então a divulgação destes relatórios deve ser realizada em simultâneo, dado que a cooperação entre o auditor financeiro e o auditor do relatório de sustentabilidade podem ajudar num melhor desempenho das auditorias (Manetti & Becatti, 2009; O'Dwyer, 2011).

Contudo, só a garantia não evita as críticas relativas à credibilização dos relatórios de sustentabilidade, nomeadamente quanto às lacunas nas expectativas (*expectations gap*) da auditoria social (Adams & Evans, 2004). Essas lacunas podem ser, por exemplo, o balanço social não ser obrigatório legalmente e ser elaborado para diversos *stakeholders* com interesses diferentes, não haver normas geralmente aceites para os prestadores de garantia se regerem, nem normas específicas com o tipo de pareceres que devem ser emitidos de acordo com as circunstâncias, levando a níveis inadequados de fiabilidade (Adams & Evans, 2004). Para reduzir tais lacunas deve ser expresso claramente que a administração é responsável pela elaboração do relatório de sustentabilidade e o prestador de garantia responsável pelo conteúdo do relatório de auditoria (Deegan et al., 2006).

A declaração de garantia informa sobre o que acontece no processo de verificação (Deegan et al., 2006). Mas atualmente, as declarações de garantia ainda são deficitárias, por causa da variabilidade de títulos, de destinatários e terminologia utilizada e da falta de clareza e transparência ao nível do que foi realizado nas declarações de garantia e das limitações

impostas, por isso, é essencial que seja feito um esforço para as tornar mais claras (Deegan et al., 2006). Estas são muito variáveis no seu conteúdo (Deegan et al., 2006; FEE, 2002), o que pode prejudicar o seu contributo para potencializar a credibilização dos relatórios de sustentabilidade (Deegan et al., 2006). Estas declarações devem abordar se o relatório retrata o desempenho da organização e se é completo, explícito, rigoroso e equilibrado (Adams & Evans, 2004). Segundo a GRI (2002a) para que as declarações de garantia sejam úteis para os seus utilizadores devem ter uma conclusão clara, onde se refere sobre a exatidão, integridade, confiabilidade e equilíbrio dos relatórios de sustentabilidade e sobre o âmbito e o objetivo do trabalho de credibilização. Uma declaração de garantia deve incluir os seguintes elementos-chave: título, destinatário, responsável pelo relatório, objetivos do trabalho de credibilização, descrição da cobertura do trabalho de credibilização, critérios de avaliação, natureza, calendarização e procedimentos de auditoria utilizados, orientações pelas quais o auditor se rege, conclusão e as limitações impostas pela administração (FEE, 2002; GRI, 2002a).

Como não há uniformização quanto ao objetivo a ser identificado na declaração pelo prestador de garantia, vários objetivos são adotados para vários âmbitos, por isso, é importante que todos os objetivos sejam especificados na declaração de garantia (Deegan et al., 2006). Relativamente à extensão e à natureza da informação, os seguintes fatores afetam a sua divulgação por parte do prestador de garantia: os objetivos de fiabilidade; expectativas da organização e dos seus *stakeholders* quanto ao nível de garantia a divulgar; e os riscos de não divulgar falhas ou imprecisões (Deegan et al., 2006).

2.5. Orientações para os relatórios de sustentabilidade e sua credibilização

A credibilização dos relatórios deve basear-se em orientações para evitar avaliações subjetivas. Estas identificam princípios orientadores para a elaboração e a verificação dos relatórios de sustentabilidade e sociais e servem para reduzir as lacunas nas expectativas das auditorias (Adams & Evans, 2004).

Nos últimos 10 anos têm surgido diversas orientações internacionais com o objetivo de reforçar a responsabilidade das organizações ao nível do desenvolvimento sustentável (Kolk & Perego, 2012). Como exemplos dessas orientações são de destacar: *Social Accountability*

8000 (SA8000) e *International Labor Organization* (responsabilidade social em relação aos trabalhadores); *World Business Council for Sustainable Development* (indicadores sociais e eco-eficiência); *European Union Eco-Management and Audit Scheme* e Norma ISO 14001 (padrão para sistemas de gestão ambiental); *Quadro Fédération des Experts Comptables Européens* (FEE) (relatórios Ambientais); a *Global Reporting Initiative* (GRI); a *Accountability Standard 1000* (AA1000AS) (Gao & Zhang, 2006; Wallage, 2000); e a *International Standard on Assurance Engagement 3000* (ISAE 3000) (Kolk & Perego, 2012; Manetti & Becatti, 2009).

Também diversos países emitiram as suas próprias orientações para a garantia dos relatórios de sustentabilidade, nomeadamente, a Suécia (FAR SRS, 2004), a Alemanha (IDW, 2005), a França (CNCC, 2004) e a Itália (CNDC, 2006) (Manetti & Becatti, 2009).

Como não há nenhuma regulamentação obrigatória para os relatórios de sustentabilidade, as organizações e as entidades prestadoras de garantia devem seguir as melhores práticas internacionais (Manetti & Becatti, 2009), pese embora as orientações tenham vindo a ser cada vez mais comuns e aceites, devido às pressões dos *stakeholders* para aumentar o desempenho e a informação social (Logsdon & Lewellyn, 2000).

Desta forma, são de seguida analisadas as abordagens: GRI, FEE, AA1000 e ISAE 3000, dada a relevância que assumiram junto das organizações.

Orientações da Global Reporting Initiative

A *Global Reporting Initiative* (GRI) foi criada pelo *Coalition for Environmentally Responsive Economies* (CERES) (Logsdon & Lewellyn, 2000; Owen, Swift, & Hunt, 2001) e o *Tellus Institute* em 1997, tendo-se tornado em 2001 uma instituição independente².

É uma instituição sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade económica, ambiental e social³, criada para que os relatórios de sustentabilidade fossem de melhor qualidade, mais rigorosos e úteis (Ballou et al., 2006), focalizando-se nos impactos que os negócios têm sobre

² <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>, acessado a 3 de janeiro de 2013.

³ <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>, acessado a 3 de janeiro de 2013.

o meio ambiente, fornecendo um conteúdo modelo e realçando o que se deve divulgar e como, a nível dos impactos ambientais (Logsdon & Lewellyn, 2000).

Em 1999, a GRI desenvolveu um conjunto de diretrizes específicas em relação à forma e ao conteúdo dos relatórios de sustentabilidade (Kolk & Perego, 2012; Logsdon & Lewellyn, 2000). Em 2002, desenvolveu as *G2*, orientações para a elaboração destes relatórios e, em 2006, criou a *G3 Reporting Framework* (Ballou et al., 2006; Gao & Zhang, 2006; ⁴). Em 2011, desenvolveu as terceiras orientações, que designou de *G3.1*, tendo acrescentado aspetos relacionados com o género, os direitos humanos e os impactos na sociedade⁵.

Tanto a *G3* como a *G3.1* têm duas partes. A primeira refere-se aos princípios e orientações sobre o conteúdo, qualidade e o limite do relatório, e a segunda às informações padrão, ou seja, sobre a estratégia e perfil, a abordagem de gestão e os indicadores de desempenho (económicos, ambientais e sociais)⁶. Em maio de 2013, prevê-se a emissão das quartas orientações, as *G4*, que irão introduzir novos conceitos, disposições e instrumentos, fazendo com que se dê continuidade ao desenvolvimento permanente das orientações da GRI, respondendo às novas exigências da sustentabilidade e melhorando as orientações anteriores, através de definições técnicas mais claras, para assim ajudar os utilizadores e os prestadores de garantia dos relatórios de sustentabilidade⁷.

A GRI, que trabalha em conjunto com as Nações Unidas, adota uma abordagem *multi-stakeholder* e tem o apoio de várias organizações e de entidades reguladoras. Visa a emissão de diretrizes aceites globalmente e que as organizações a utilizem voluntariamente para elaborar os seus relatórios de sustentabilidade, sendo um instrumento de ligação entre os relatórios de sustentabilidade, a sua divulgação e credibilização (Ballou et al., 2006; Gao & Zhang, 2006; Owen et al., 2001; Wallage, 2000).

Para medir os valores do desempenho não financeiro, a GRI, recorre à análise das seguintes categorias: económica, meio ambiente, trabalho, direitos humanos, responsabilidade pelo produto e sociedade (Simnett et al., 2009).

⁴ Ver também <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>, acedido a 3 de janeiro de 2013.

⁵ <https://www.globalreporting.org/reporting/latest-guidelines/g3-1-guidelines/Pages/default.aspx>, acedido a 3 de janeiro de 2013.

⁶ <https://www.globalreporting.org/reporting/latest-guidelines/g3-1-guidelines/Pages/default.aspx> acedido a 3 de janeiro de 2013.

⁷ <https://www.globalreporting.org/reporting/latest-guidelines/g4-developments/Pages/default.aspx> acedido a 3 de janeiro de 2013.

Um relatório está de acordo com os princípios da GRI quando: divulgar a informação acerca da visão e estratégia empresarial, o perfil organizacional, o âmbito do relatório, os sistemas de gestão e uma descrição de cada indicador ou a justificação da sua omissão (Adams & Evans, 2004; Adams, 2004; FEE, 2002).

A GRI instituiu a inclusão da declaração de independência, liberdade de preconceitos e conflitos de interesses do auditor, uma descrição das evidências que servem de base para a conclusão (O'Dwyer & Owen, 2005), sendo esta precisa, íntegra, confiável e equilibrada com o objetivo do relatório (GRI, 2002b).

Os relatórios de sustentabilidade divulgados de acordo com a GRI são considerados ter credibilidade suficiente para serem aceites, embora a GRI ainda não tenha sido reconhecida por uma entidade reguladora (Ballou et al., 2006).

Orientações da Fédération des Experts-comptables Européens

A *Fédération des Experts-comptables Européens* (FEE) é uma organização internacional sem fins lucrativos que representa 45 organizações de profissionais de contabilidade e de auditoria de países europeus, sendo que estas cooperam para uma sustentabilidade europeia mais eficaz, transparente e económica⁸, tentado através de várias publicações que os relatórios de sustentabilidade se tornem mais relevantes e fiáveis (FEE, 2002).

A FEE tem como valores fundamentais a integridade, a objetividade, a independência, o profissionalismo, a competência e a confidencialidade, e apoia os contabilistas a progredirem e a se adaptarem, dada a cada vez mais rápida mudança do mundo dos negócios⁹.

A FEE delineou um conjunto limitado de opções para a garantia da sustentabilidade, orientada para o fornecimento de informação precisa (O'Dwyer, 2011), com melhor qualidade e credível (FEE, 2002) e na nomeação dos destinatários na declaração de garantia (Deegan et al., 2006).

⁸ http://www.fee.be/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=104, acedido a 4 de janeiro de 2013.

⁹ http://www.fee.be/index.php?option=com_content&view=article&id=923&Itemid=249, acedido a 4 de janeiro de 2013.

Em 1999 a FEE publicou o “*Providing Assurance on Environmental Reports*”, que trata da prestação de garantias dos relatórios ambientais e, em 2000, uma análise em resposta a esse primeiro documento (FEE, 2002). Em 2002, para continuar o trabalho realizado até então e abranger os relatórios de sustentabilidade (FEE, 2002), publicou o “*FEE Discussion Paper: Providing Assurance on Sustainability Reports*”, que trata da credibilização destes relatórios e tem como objetivo incentivar a certificação independente, englobando áreas como a prestação de garantia, o aumento da qualidade e a credibilização dos relatórios, apoiando o diálogo *multi-stakeholder* sobre estas áreas¹⁰. As motivações para a criação deste documento derivam de não haver regulamentação nem um padrão geralmente aceite para a credibilização dos relatórios de sustentabilidade, haver três abordagens diferentes (contabilidade, auditoria social e consultoria) na credibilização dos relatórios de sustentabilidade e a informação sustentável poder não ter a qualidade suficiente para que seja credibilizada (FEE, 2002).

Esta publicação abrange três abordagens para a prestação de garantia da informação sustentável: contabilidade, auditoria social e consultoria (FEE, 2002; O’Dwyer & Owen, 2005). A abordagem da contabilidade consiste na avaliação independente da informação, onde o relatório é elaborado pela organização e posteriormente o prestador de garantia analisa-o através de métodos apropriados, reunindo provas e emitindo a declaração de garantia (FEE, 2002). A abordagem da auditoria social consiste num relatório independente publicado por terceiros sem qualquer relatório da organização (podendo ter ou não a sua cooperação), recorrendo a fontes externas à organização (FEE, 2002). A abordagem de consultoria consiste nas organizações recorrerem a consultores externos para as auxiliarem na elaboração dos relatórios (FEE, 2002).

A abordagem defendida pela FEE é a da contabilidade, onde a função de quem elabora o relatório de sustentabilidade é completamente distinta da do prestador de garantia, e é aconselhado o modo como divulgar a garantia aos seus utilizadores, que tem por base a norma ISA 100 da IFAC, que trata de um modo geral sobre os trabalhos de garantia de fiabilidade (O’Dwyer & Owen, 2005). Segundo O’Dwyer & Owen (2005), a FEE tem uma abordagem mais limitada em relação à garantia dos relatórios de sustentabilidade do que a *AccountAbility*, por causa da sua postura prudente, desejando evitar a lacuna nas expectativas. Contudo tendo em conta a avaliação da responsabilização e da transparência, a FEE é a menos

¹⁰ http://www.fee.be/index.php?option=com_content&view=article&id=883&Itemid=106&lang=en, acedido a 4 de janeiro de 2013.

onerosa (O'Dwyer & Owen, 2005). Mas isso não faz com que seja uma orientação muito utilizada na Europa, Reino Unido e Austrália (Deegan et al., 2006).

Orientações do Institute for Social and Ethical Accountability

O *Institute for Social and Ethical Accountability* (ISEA) foi criado em 1996 com o objetivo primordial de produzir um conjunto aceite de orientações de responsabilidade social (Adams & Evans, 2004; Logsdon & Lewellyn, 2000), através do diálogo com os *stakeholders* e de um meio de comunicação entre eles, e utilizadas de modo consistente, através da criação de um quadro de responsabilização que abarca princípios, processos e normas de comunicação social e comportamento ético (Logsdon & Lewellyn, 2000). Desenvolveu também um conjunto de ferramentas, configurações e indicadores para os procedimentos dos agentes sociais, ou seja, formação e certificação para os auditores independentes de informação social (Logsdon & Lewellyn, 2000). Este instituto está mais focado na avaliação da relevância, abrangência e confiabilidade das informações dos relatórios de sustentabilidade (O'Dwyer, 2011).

O ISEA criou, em 1999, a *Accountability 1000* (AA1000) (AccountAbility, 2008; Gao & Zhang, 2006; O'Dwyer & Owen, 2005) e, em 2003, a *AA1000 Assurance Standard* (AA1000AS), tendo sido realizada uma nova edição em 2008, que substitui todas as anteriores (AccountAbility, 2008¹¹). Esta orientação tem como princípio geral melhorar a prestação de contas, o desempenho da organização, e que as organizações tenham comportamentos mais responsáveis para com a sociedade, o meio ambiente e as próximas gerações, através de um aumento da qualidade da informação e da sua verificação (AccountAbility, 2008; Adams & Evans, 2004; Owen et al., 2001; Wallage, 2000). Surgiu para dar resposta aos crescentes esforços para desenvolver um conjunto de orientações relativas ao desempenho não financeiro e também para proporcionar um controlo autónomo na comunicação do desempenho social e ético (Logsdon & Lewellyn, 2000).

A AA1000 criou um conjunto de ferramentas e métodos para as organizações monitorizarem e divulgarem a informação do seu desempenho, tendo em consideração a responsabilidade social, económica e ambiental nas suas decisões (Adams & Evans, 2004; O'Dwyer & Owen, 2005). Com isso pretende que haja transparência no processo da sustentabilidade,

¹¹Ver também <http://www.accountability.org/standards/aa1000as/index.html>, acedido a 4 de janeiro de 2013.

descrevendo os intervenientes e as áreas abrangidas (Gao & Zhang, 2006), abarcando o princípio da inclusão, materialidade e responsabilidade (Ballou et al., 2006; O'Dwyer & Owen, 2005;¹²), e destina-se aos prestadores de garantia (AccountAbility, 2008; O'Dwyer & Owen, 2005).

O princípio da inclusão implica o envolvimento dos *stakeholders* no desenvolvimento sustentável da organização (Owen et al., 2001;¹³). O princípio da materialidade obriga o prestador de garantia a informar os *stakeholders* sobre se o relatório comunica o desempenho sustentável da organização (O'Dwyer & Owen, 2005). Segundo o princípio da responsabilização dos *stakeholders*, dado ser uma orientação *multi-stakeholder* (Adams, 2004; Owen et al., 2001), a organização determina os aspetos relevantes do seu desempenho, através dos valores dos *stakeholders*, criando a informação e o modo como geri-la, medi-la e divulga-la (Logsdon & Lewellyn, 2000).

Os relatórios de sustentabilidade devem: ter um formato padronizado e referir qual o objetivo do trabalho e da garantia, qual a equipa de trabalho, o trabalho realizado e as conclusões (AccountAbility, 1999), evidenciando como as organizações estão a abordar as diversas expectativas da sociedade e assim os *stakeholders* poderem saber quais as consequências dos atos da organização na sociedade (Adams & Evans, 2004). Esta orientação indica que deve ser revelado o desempenho da organização importante para os *stakeholders*, a avaliação do desempenho e devem ser comunicados os resultados (Logsdon & Lewellyn, 2000; O'Dwyer & Owen, 2005).

Relativamente aos tipos de processos de garantia, segundo AccountAbility (2008), existem: o tipo 1 – Princípios da *AccountAbility* e tipo 2 - Princípios da *AccountAbility* e Informação Específica de Desempenho. No tipo 1 o prestador de garantia deverá avaliar a natureza e o nível de aderência da organização aos três princípios enumerados anteriormente, para assim os *stakeholders* saberem como a organização executa a gestão do desempenho sustentável e como este é divulgado, mas sem averiguar a fiabilidade da informação (AccountAbility, 2008). No tipo 2, para além do que é realizado no tipo 1, é também avaliada a fiabilidade da informação, que tem por base afirmações da administração sobre o desempenho sustentável, incluindo uma análise da sua abrangência e rigor (AccountAbility, 2008).

¹²Ver também <http://www.accountability.org/standards/aa1000aps.html>, acedido a 4 de janeiro de 2013.

¹³ Ver também <http://www.accountability.org/standards/aa1000aps.html>, acedido a 4 de janeiro de 2013.

Quanto aos padrões de processo da AA1000, estes dividem-se em 4 partes, designadamente, no planeamento (estabelecer procedimentos de gestão, identificar os *stakeholders* e definir valores), na contabilidade (identificar questões, objetivos, indicadores, recolher informação e analisar essa informação, determinar metas e estabelecer um projeto de melhoria), na auditoria e divulgação (preparação, auditoria e divulgação do relatório) e na incorporação (estabelecer e implementar sistemas) (AccountAbility, 1999).

A AA1000AS engloba “um processo de licenciamento obrigatório para os prestadores de garantia para manter o controlo de qualidade, um certificado de prestador de garantia da sustentabilidade (CSAP) através de um programa de certificação dos prestadores de garantia, certificados globais de formação através de programas de responsabilidade corporativa e uma vasta variedade de publicações de orientações”¹⁴.

Como vantagens para recorrer ao AA1000AS nas credibilizações enumeram-se as seguintes: o prestador de garantia em vez de unicamente avaliar se os dados são fiáveis também verifica se são coerentes com os princípios *AA1000 Accountability Principles Standard* (AA1000APS) (inclusão, materialidade e responsabilidade) e como a organização adere a estes princípios; analisa também os sistemas e os processos implícitos de gestão, se é um processo rigoroso para a garantia dos relatórios de sustentabilidade, mas também se é flexível o suficiente para se adaptar ao contexto da organização, acrescentando valor a esta e aos *stakeholders* externos; proporciona os resultados e as conclusões sobre o desempenho a nível da sustentabilidade e formas para continuar a melhorar¹⁵.

International Standard on Assurance Engagement 3000 (ISAE 3000)

A *International Standard on Assurance Engagement 3000* (ISAE 3000), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standard Board* (IAASB), a entidade emissora do *International Federation of Accountants* (IFAC), entrou em vigor em 2005, destinando-se aos auditores dos relatórios não financeiros (Kolk & Perego, 2012; Manetti & Becatti, 2009; O’Dwyer, 2011).

¹⁴ <http://www.accountability.org/standards/aa1000as/index.html>, acedido a 4 de janeiro de 2013.

¹⁵ <http://www.accountability.org/standards/aa1000as/index.html>, acedido a 4 de janeiro de 2013.

A ISAE 3000 engloba: o nível de fiabilidade; a hipótese de recorrer a um grupo interdisciplinar; testes e verificações; avaliação do risco de auditoria; regras de elaboração dos relatórios e a configuração da declaração final de garantia (Manetti & Becatti, 2009). A garantia atribuída pode ser razoável ou limitada (Manetti & Becatti, 2009). Relativamente aos testes e verificações, estes abrangem os testes substantivos (análise de dados e de indicadores), procedimentos analíticos (análise das diferenças entre valores/índices previstos e reais) e testes de controlo (analisar se o funcionamento interno é o correto) (Manetti & Becatti, 2009).

A ISAE 3000 prevê que os auditores quando não tenham as competências profissionais possam recusar o trabalho ou então recorram a especialistas de outras áreas para credibilizarem eficazmente os relatórios de forma relevante e material (Manetti & Becatti, 2009). No entanto, Manetti & Becatti (2009) salientam que o problema da ISAE 3000 é não ser elaborada especificamente para os serviços de garantia dos relatórios de sustentabilidade.

Apesar de todos os esforços ainda não há nenhum conjunto de diretrizes ou orientações que abarquem todo o processo de auditoria social, ética e ambiental, por isso estas devem ser desenvolvidas e melhoradas (Adams & Evans, 2004; Adams, 2004; Deegan et al., 2006). No entanto, grande parte dos relatórios de sustentabilidade elaborados segue as diretrizes da GRI (Ballou et al., 2006; Hubbard, 2011).

2.6. Revisão de estudos anteriores

Foram realizados até à data alguns estudos que envolvem a emissão dos relatórios de sustentabilidade e/ou a sua credibilização, apresentados seguidamente.

Park & Brorson (2005), através da análise dos relatórios anuais de sustentabilidade/ambientais e de entrevistas a 28 organizações suecas e a prestadores de garantia, estudaram a evolução destes relatórios na Suécia e os fatores que levam voluntariamente as organizações a credibilizar ou não estes relatórios. Os autores concluíram que o número de relatórios de sustentabilidade/ambientais aumentou entre 1990 e 2003, mas verificaram que desde 1998 a emissão separada destes relatórios diminuiu. Park & Brorson (2005) verificaram que as

organizações estavam cientes das vantagens de credibilizar os relatórios e que em média, passados 3 anos do primeiro relatório de sustentabilidade/ambiental estes passaram a ser credibilizados; mas algumas organizações (16) estavam hesitantes em fazê-lo, devido ao seu elevado custo.

Perez & Sanchez (2009) realizaram um estudo a 31 relatórios de sustentabilidade divulgados entre 2001 e 2006 de quatro grandes organizações ligadas ao setor mineiro, pretendendo perceber a evolução na divulgação dos relatórios de sustentabilidade. Os autores concluíram que há uma evolução positiva na abrangência, forma e profundidade dos relatórios e, de um modo geral, todas as categorias (contexto e compromisso, qualidade da gestão, desempenho ambiental, desempenho social, desempenho económico, acessibilidade e segurança) evoluíram positivamente (Perez & Sanchez, 2009). Cada organização recorre a diferentes métodos para divulgar informações, incluindo indicadores quantitativos e qualitativos (Perez & Sanchez, 2009). Apenas uma organização não credibilizou os seus relatórios, embora tenha afirmado que iria passar a fazê-lo (Perez & Sanchez, 2009).

Nitkin & Brooks (1998) analisaram, entre 1995 e 1997, 305 grandes organizações do Canadá que incorporam a sustentabilidade nas suas atividades, pretendendo analisar o porquê das organizações implementarem a sustentabilidade, a evolução da auditoria na sustentabilidade e o porquê da auditoria sustentável. Pouco mais de metade das organizações da amostra (57%) tinham os seus relatórios de sustentabilidade auditados. De acordo com o setor de atividade, as organizações dos setores do petróleo, da energia, dos cereais, dos metais e dos oleodutos tinham todos os seus relatórios de sustentabilidade auditados, o que contrastava com as organizações de aluguer de automóveis e de contabilidade, que não os auditavam (Nitkin & Brooks, 1998). Esta relação da credibilização dos relatórios de sustentabilidade com o setor de atividade também foi constatada por Mock, Strohm, & Swartz (2007), tendo estes autores verificado que a credibilização desses relatórios era mais comum nos setores do petróleo, gás e produtos químicos. Nitkin & Brooks (1998) concluíram que para realizar tais auditoria, as organizações recorreram maioritariamente (47%) a pessoal interno e externo simultaneamente, 28% apenas a pessoal interno e 9% a pessoal externo. Por sua vez, Deegan et al. (2006) verificou que para credibilizar dos relatórios de *triple bottom line* as organizações tanto recorrem a empresas de contabilidade como consultores ambientais/sociais/éticos.

Simnett et al. (2009) estudaram o papel da garantia de fiabilidade voluntária na credibilização de relatórios de sustentabilidade, bem como a escolha do prestador de garantia. A amostra

deste estudo compreendeu 2113 empresas de 31 países, que elaboraram relatórios de sustentabilidade entre 2002 e 2004, sendo que 655 foram credibilizados, destes 275 por auditores (Simnett et al., 2009). As suas principais conclusões indicam que as maiores organizações e as que pretendem aumentar a credibilidade dos seus relatórios de sustentabilidade e criar uma imagem corporativa são mais propensas a voluntariamente credibilizar os seus relatórios e a escolher os auditores para prestarem este serviço (Simnett et al., 2009). Adicionalmente, as organizações pertencentes a indústrias com maior impacto social (exemplo: extração de substâncias minerais e serviços públicos) são mais propensas a emitir e a credibilizar os seus relatórios de sustentabilidade (Simnett et al., 2009). Mas não foi evidenciada uma relação entre estas indústrias e a escolha de um auditor para prestar a garantia aos relatórios (Simnett et al., 2009).

A análise de conteúdo efetuada por Perego (2009) englobou 136 organizações registadas no 2005 *ACCA Sustainability Reporting Award*, tendo como objetivo analisar a escolha do prestador de garantia para credibilizar os relatórios de sustentabilidade e a influência da escolha na qualidade fornecida. Verificaram que a escolha por uma empresa internacional de auditoria designada de *Big 4* (inclui: *Deloitte & Touche, PricewaterhouseCooper, Cap Gemini Ernst & Young e KPMG*) é mais provável em organizações inseridas em países com um ambiente jurídico débil e em países com um perfil de sustentabilidade (Perego, 2009). Estas empresas são consideradas como as que prestam melhor qualidade nos serviços de garantia (Perego, 2009).

Romero, Ruiz, & Fernández-feijóo (2010) analisaram 118 relatórios de organizações espanholas do ano 2008 retirados da base de dados da GRI, para averiguar qual o nível da qualidade dos relatórios de sustentabilidade e das declarações de garantia, tendo por base a GRI, assim como verificar quais as características das organizações espanholas que emitem relatórios de sustentabilidade de elevada qualidade. Para tal, utilizaram como variáveis: o tamanho, a rendibilidade, o endividamento, o tipo de garantia (ser ou não uma *Big 4*), a estrutura acionista (empresa cotada ou não) e o efeito da indústria. Romero et al. (2010) concluíram que 67% dos relatórios analisados eram credibilizados, dos quais 54% por um auditor, 37% por uma entidade certificada e os restantes 9% por um consultor. Constataram que a qualidade dos relatórios de sustentabilidade estava relacionada com o tamanho da organização, com o facto da empresa ser cotada e com o setor de atividade (as organizações com maior impacto social apresentam maior qualidade dos relatórios de sustentabilidade).

Mas não foi encontrada nenhuma evidência significativa de que a rendibilidade ou o endividamento influenciassem a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Em relação à qualidade das declarações de garantia, o tamanho da organização, ser prestada por uma empresa *Big 4* e o facto da empresa ser cotada foram fatores determinantes (Romero et al., 2010).

Pflugrath, Roebuck, & Simnett (2011) pretenderam verificar a opinião de 106 analistas financeiros da Austrália, dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido sobre se a credibilização dos relatórios de responsabilidade social corporativa se altera dependendo do prestador de garantia escolhido. Concluíram que nos EUA a credibilidade dos relatórios é maior quando estes possuem uma declaração de garantia de fiabilidade e esta é apresentada por um auditor, enquanto que na Austrália e do Reino Unido não foram evidenciadas diferenças derivadas da escolha do prestador da garantia (Pflugrath et al., 2011).

Hubbard (2011) analisou a qualidade da divulgação da estratégia e do desempenho económico e ambiental ao nível da gestão, trabalhadores, clientes, fornecedores e da sociedade nos relatórios de sustentabilidade de 2007 de 30 das maiores empresas mundiais de três setores diferentes (petróleo e gás, bancário e alimentar) e com diferentes localizações (EUA, Reino Unido e outros). Hubbard (2011) constatou a ausência de políticas explícitas, de metas e discussão do desempenho, que a informação nem sempre está associada com problemas materiais e não é credibilizada, devendo os relatórios de sustentabilidade ser melhorados (Hubbard, 2011). Enquanto que, na área da banca, os relatórios de sustentabilidade estavam praticamente todos credibilizados, no setor do petróleo e gás a garantia de fiabilidade referia-se apenas a uma pequena parte do relatório, e no alimentar a garantia era muito limitada, pelo que a garantia de fiabilidade dos relatórios de sustentabilidade é ainda, segundo Hubbard (2011), muito limitada.

Num estudo longitudinal a duas *Big 4*, O'Dwyer (2011) analisou a prática de verificação dos relatórios de sustentabilidade e de que forma estes se tornaram auditáveis. Este estudo conclui que inicialmente os prestadores de garantia recorreram a conhecimentos tácitos e à sua intuição, pois era muito difícil recorrer aos métodos utilizados nas auditorias financeiras, resultando em avaliações muito subjetivas.

Faisal, Tower, & Rusmin (2012), com base na teoria da legitimidade, analisaram a divulgação de relatórios de sustentabilidade de 2009 de 125 organizações mundiais de 24 países. As

conclusões a que chegaram foram: das organizações analisadas 53,6% têm os seus relatórios credibilizados, e as incluídas em mercados emergentes têm um maior índice de divulgação (70%), seguindo-se depois as organizações incluídas em sistemas comunitários, entre os quais Portugal (65,2%) (Faisal et al., 2012). As organizações que têm os seus relatórios de sustentabilidade credibilizados tendem a divulgar mais informação sustentável e as grandes organizações estão mais motivadas a legitimar as suas atividades (Faisal et al., 2012).

Lackmann et al. (2012) investigaram a influência da informação sustentável no valor de mercado da organização, tendo por base uma amostra de 344 organizações do DJSI STOXX (índice de sustentabilidade mais importante da Europa). Concluíram que: os investidores na determinação do valor de mercado consideram a confiabilidade da informação sustentável; as organizações com maiores riscos para os investidores são mais propensas a aumentar a confiabilidade da informação sustentável, sendo que, essas vantagens são maiores quando há incerteza económica; e o valor de mercado das organizações com a informação sustentável credível é maior para as organizações com um maior grau de incerteza/risco de informação (Lackmann et al., 2012).

Mock et al. (2007) analisaram os países e os setores de atividade que mais credibilizavam os relatórios de sustentabilidade através declarações de garantia de fiabilidade, os níveis de garantia e o que afeta tais níveis. Tendo por base 130 relatórios de sustentabilidade credibilizados dos anos 2002, 2003 e 2004, os investigadores constataram que os setores de atividade que mais credibilizam os seus relatórios de sustentabilidade são o da energia elétrica e os serviços públicos seguido do setor mineiro e do petróleo ambientais (Mock et al., 2007). A União Europeia possuía a maior percentagem de relatórios credibilizados, e dentro desta, o Reino Unido (Mock et al., 2007). Verificaram também que quem recorre a uma *Big 4* tende a divulgar a estrutura utilizada na realização da auditoria (Mock et al., 2007). Em relação à abrangência da declaração de garantia, 67% referia garantir todo o relatório, 16% as questões ambientais e sociais e 16% somente as questões ambientais (Mock et al., 2007). Quanto às orientações seguidas, 24% das organizações recorreram à AA1000, seguindo-se a utilização da ISEA por 18% das organizações, 15% recorreram a orientações locais ou nacionais, e 42% não revelou a recomendação utilizada. Dos relatórios analisados, Mock et al. (2007) contataram ainda que 16% era para uso exclusivo da organização, ou que não era para uso de terceiros, ou então que não seriam utilizados para a tomada de decisão.

Kolk & Perego (2010) analisaram os fatores que levam as organizações a voluntariamente garantir os seus relatórios ambientais/sustentabilidade, tendo verificado que o número de relatórios aumentou de 39,6% para 68,9% atendendo aos anos de 1999, 2002, 2005 e 2008, assim como o número de relatórios credibilizados (de 21,4% para 30,8%), totalizando 98 declarações de garantia de fiabilidade. Evolução semelhante foi confirmada por Kolk & Perego (2012). Kolk & Perego (2010) concluíram que as organizações sediadas em países orientados para os *stakeholders* e com um regime de governação mais fraco são mais propensas a credibilizar os seus relatórios. Quanto à escolha do prestador de garantia, as *Big 4* (então *Big 6*) são a opção para organizações sediadas em países orientados para os *shareholder* e que têm um nível mais baixo de litígios (Kolk & Perego, 2010; Mock et al., 2007).

Também Kolk & Perego (2012) obtiveram evidência de que as organizações pertencentes a setores considerados mais poluentes são as que possuem maior percentagem de credibilizações em relação ao número de relatórios emitidos, seguindo-se o setor bancário e de seguros. Quanto à escolha do prestador de garantia, as empresas de contabilidade, apesar de liderarem a escolha, tem visto o seu peso diminuir (de 55,6% em 1999 para 45,1% em 2008), o mesmo acontece com os especialistas e as entidades de certificação; os restantes prestadores de garantia (que englobam as instituições académicas, ONG's, painéis de *stakeholders* e auditores individuais) têm vindo a ganhar terreno (Kolk & Perego, 2012). Apenas a partir de 2005 as orientações da GRI, AA1000 e ISAE se encontravam todas disponíveis, e nesse ano 31% das organizações da amostra já adotaram alguma dessas ou uma conjugação delas; em 2008 essa percentagem aumentou para 51% (Kolk & Perego, 2012). Do ponto de vista do prestador de garantia, se este for uma empresa de contabilidade a ISEA3000 é a norma mais adotada (Kolk & Perego, 2012). Em relação à qualidade das declarações de garantia houve uma melhoria, dependente do tipo de prestador de garantia (Kolk & Perego, 2012).

Uma vez apresentada a revisão de literatura, contextualizado o tema e apresentados os estudos efetuados na área, o capítulo seguinte é dedicado aos objetivos e métodos de investigação.

3. Objetivos e Métodos de Investigação

3.1. Objetivos do estudo e Questões de partida

Este trabalho pretende analisar os fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas de emitirem e de credibilizarem voluntariamente os seus relatórios de sustentabilidade.

Para atingir o objetivo proposto pretende-se responder às seguintes questões de partida:

- Quais as características das empresas que justificam a opção de publicar um relatório de sustentabilidade?
- Quais as características das empresas que justificam a opção de possuir um relatório de sustentabilidade credibilizado por uma entidade independente/auditor?

3.2. Método de Investigação

3.2.1. Perspetiva da Investigação

A metodologia de investigação deste estudo tem como base a perspetiva positivista, que é o paradigma predominante em contabilidade, sendo utilizada para várias explicações desta (Vieira, 2009).

A nível ontológico (crença sobre a realidade física e social), pressupõe que os fenómenos podem ser estudados independentemente do comportamento das pessoas, tendo por isso uma visão objetiva da sociedade (Vieira, 2009). O investigador pretende compreender, explicar e prever o fenómeno em estudo, e para isso é independente e passivo da realidade empírica, pois esta é-lhe externa e objetiva (Chua, 1986). Para tal, o investigador tem de observar o fenómeno, desenvolver hipóteses, testá-las e, com as conclusões, explicar e prever o comportamento do fenómeno em análise (Vieira, 2009).

A nível epistemológico, ou seja, a crença sobre o conhecimento, o investigador recorre às teorias e à observação, sendo estas independentes entre si, para confirmar ou contrariar uma

teoria, e os métodos quantitativos são os prediletos para proceder a generalizações (Chua, 1986).

A perspectiva positivista tem a vantagem da informação ser obtida sem custos e sem incertezas e prevê tendências gerais (Vieira, 2009). Esta está na base do método científico, ou seja, recorre à teoria para desenvolver as hipóteses e posteriormente testá-las para generalizar os resultados (Vieira, 2009).

3.2.2. Preparação da Investigação

Para a realização deste estudo foi, inicialmente, realizada uma revisão de literatura sobre os relatórios não financeiros com ênfase nos de responsabilidade social e os de sustentabilidade, o papel do auditor/entidades independentes, as orientações que norteiam tais relatórios e os estudos já efetuados sobre este tema. Concluiu-se pela ausência de estudos detalhados em Portugal que analisassem os fatores corporativos subjacente à opção de emissão e de credibilização dos relatórios de sustentabilidade pelas empresas. Por isso, este estudo afigura-se pertinente, acrescentando o facto de se focar nas práticas das empresas portuguesas cotadas na *Euronext* Lisboa.

3.2.3. Análise de conteúdo

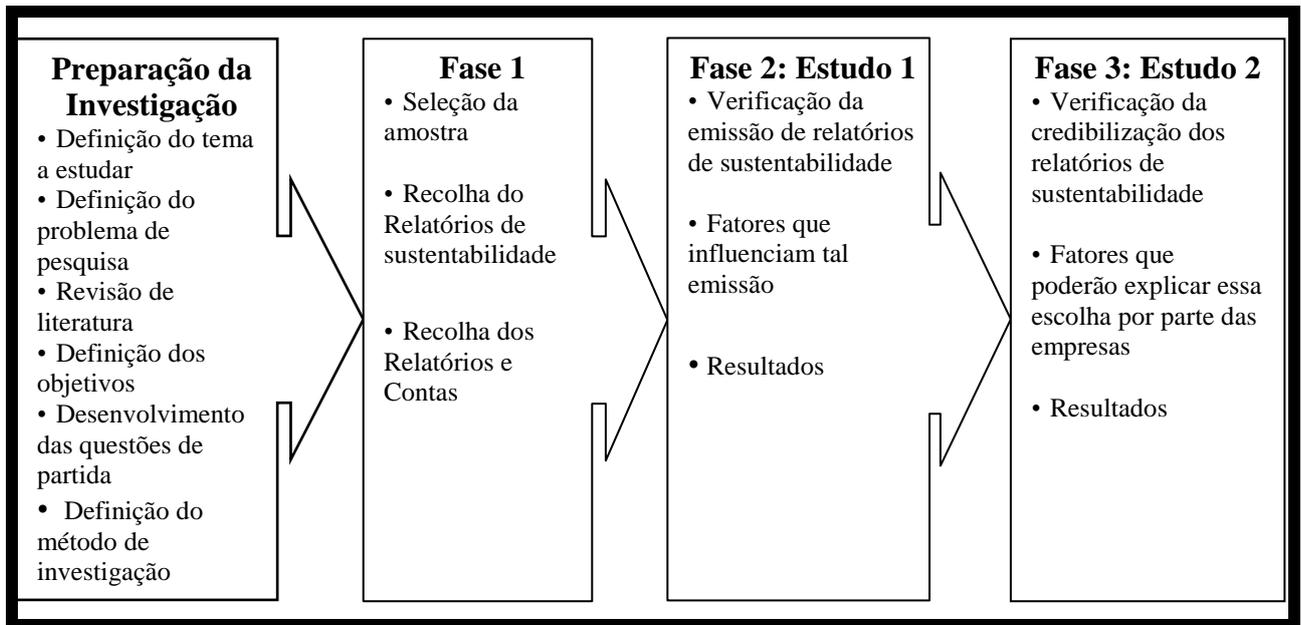
Para realizar o estudo recorreu-se à análise de conteúdo, ou seja, “uma técnica de recolha de dados que consiste em codificar informação qualitativa em categorias a fim de obter escalas quantitativas de diferentes níveis de complexidade” (Abbott & Monsen, 1979 p. 504), e dentro desta, à forma mais simples, que verifica a presença ou a ausência de informação, atribuindo o valor de 1 ou 0, respetivamente (Abbott & Monsen, 1979).

Concretamente, será atribuído o valor 1 às empresas que emitem relatórios separados ou informação integrada de sustentabilidade, e 0, caso contrário para o primeiro estudo, e o valor de 1 às empresas com esses relatórios credibilizados e o valor de 0, caso contrário, no segundo estudo.

3.2.4. Desenho da Investigação

Depois da preparação da investigação, seguem-se as seguintes fases (Figura 1):

Figura 1. Fases para a elaboração do estudo de investigação



Fonte: Costa (2010), adaptado.

- Fase 1 - Seleção da amostra e recolha dos relatórios de sustentabilidade

Nesta fase do estudo foi definida a amostra a analisar, a qual é constituída pelas empresas portuguesas cotadas na *Euronext* Lisboa a 31 de dezembro do período compreendido entre 2008 e 2011, tratando-se por isso de um estudo longitudinal. Esta listagem foi obtida a partir dos boletins de cotação da *Euronext* Lisboa, pedidos por *e-mail* à Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Foram excluídas as empresas internacionais, ou seja, o Banco Popular Español S.A., Banco Santander S.A., Espírito Santo Financial Group, S.A., EDP Renováveis S.A., Sacyr Vallehermoso S.A. e Europac - Papeles e Cartones de Europa, S.A..

Apesar dos relatórios do Sport Lisboa e Benfica - Futebol, SAD, do Sporting - Sociedade Desportiva de Futebol, SAD e do Futebol Clube do Porto - Futebol SAD reportarem à época desportiva, ou seja, de 1 de julho a 30 de junho do ano seguinte, foram considerados. As empresas que deixaram de estar cotadas ao longo do período em análise, como é o caso da

Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, S.A., do FINIBANCO - Holding SGPS, S.A. e da Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, S.A., foram também consideradas. O apêndice A apresenta a listagem final.

Os relatórios de sustentabilidade (ou os relatórios de responsabilidade corporativa, assim também designados) foram obtidos através de *download* no sítio da internet das empresas ou no sítio da internet do *Business Council for Sustainable Development* - BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável).

Uma vez que a informação sobre sustentabilidade pode não aparecer num documento separado/autónimo do Relatório e Contas, quando os relatórios de sustentabilidade não estavam disponíveis por não terem sido publicados, procedeu-se ao *download* dos Relatórios e Contas dessas empresas no sítio da internet das mesmas, uma vez que estes podem integrar um capítulo mais ou menos extenso sobre informação sustentável. Esta consideração teve por base o facto de existirem adeptos do designado relato integrado (IIRC, 2011) e de se ter constatado que há empresas com declaração de garantia de fiabilidade da informação sobre sustentabilidade integrada no Relatório e Contas, apesar de não terem um relatório de sustentabilidade autónomo.

- Fase 2 – Estudo 1

Neste primeiro estudo pretende-se verificar quais as empresas da amostra apresentada anteriormente que emitem relatório de sustentabilidade e quais os fatores que influenciam tal emissão.

Para as empresas que não emitiram relatório de sustentabilidade separado/autónimo foi analisado o Relatório e Contas quanto à inclusão de informação sobre sustentabilidade, sendo que apenas foram consideradas as que tinham mais de 15 páginas sobre sustentabilidade, responsabilidade social, qualidade, ambiente e segurança, considerando-se que esta extensão traduz uma preocupação com o relato sustentável.

Seguidamente procedeu-se à recolha de informação quantitativa nos Relatórios e Contas relativamente às variáveis independentes a considerar no estudo, bem como à recolha de informação sobre o setor de atividade, obtida através do sítio da internet da *Euronext*.

Tendo sido desenvolvidas as hipóteses e definidas as variáveis, procedeu-se ao seu tratamento estatístico através do programa STATA e consequente análise dos resultados.

- Fase 3 – Estudo 2

Com o segundo estudo pretende-se verificar quais os relatórios de sustentabilidade (alargando uma vez mais aos casos de informação sobre sustentabilidade integrada nos Relatórios e Contas) que são credibilizados, isto é, apresentam opinião do auditor ou entidade de certificação independente, ou seja, são acompanhados de uma declaração de garantia independente, e quais os fatores que poderão explicar essa opção voluntária por parte das empresas.

Tal como no estudo 1, foram desenvolvidas as hipóteses e definidas as variáveis e procedeu-se ao seu tratamento estatístico através do programa STATA e análise dos resultados.

Uma vez apresentados os objetivos e métodos de investigação, o capítulo seguinte é dedicado à apresentação e à análise dos dois estudos empíricos mencionados.

4. Estudos Empíricos

Este capítulo divide-se em duas partes: estudo 1 e estudo 2, de forma a dar resposta às questões de partida formuladas, sendo que, para cada um deles, são desenvolvidas as hipóteses, construídas as variáveis, caracterizada a amostra e analisados os resultados.

4.1. Estudo 1 - Fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas de publicação voluntária do relatório de sustentabilidade

4.1.1. Desenvolvimento das hipóteses e definição das variáveis

De acordo com a revisão de literatura realizada, são desenvolvidas as hipóteses a testar e definidas as variáveis. Para este estudo foram definidas 8 hipóteses quanto aos fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas da publicação voluntária do relatório de sustentabilidade, apresentadas de seguida.

- Tamanho da empresa

O tamanho da empresa é uma variável muito utilizada nos estudos sobre a divulgação de informação voluntária (ver, por exemplo, Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Costa, Oliveira, & Graig, 2013; Holder-Webb et al., 2009; Romero et al., 2010).

O tamanho das empresas está relacionado positivamente com o nível de divulgação (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Holder-Webb et al., 2009; Simnett et al., 2009), pois as maiores empresas consideram as atividades e a divulgação de responsabilidade social uma forma de reforçar a sua reputação corporativa (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006), legitimando-se perante a sociedade.

Por isso, foi formulada a seguinte hipótese:

H1: O tamanho da empresa está relacionado positivamente com a publicação do relatório de sustentabilidade.

Como *proxy* para o tamanho da empresa [T] é utilizado o total do ativo (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Faisal et al., 2012; Kolk & Perego, 2010; Romero et al., 2010) na sua forma logarítmica.

- Rendibilidade

As empresas com uma maior rendibilidade estão mais propensas a divulgar mais informação sustentável (Romero et al., 2010), de forma a se legitimarem e a enviar sinais positivos ao mercado, uma vez que os clientes, cada vez mais sensíveis às questões sociais e ambientais, procuraram produtos/serviços de empresas que se preocupam com estas questões, fazendo com que o volume de negócios aumente (Russo & Fouts, 1997) e, conseqüentemente, o resultado.

Daí resulta a seguinte hipótese:

H2: A rendibilidade da empresa está relacionada positivamente com a publicação do relatório de sustentabilidade.

A rendibilidade é outra variável bastante utilizada nos estudos sobre a divulgação voluntária de informação (ver, por exemplo, Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Costa et al., 2013; Faisal et al., 2012; Perego, 2009; Simnett et al., 2009). Contudo, há outros estudos que não associaram a rendibilidade à divulgação de informação social (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Romero et al., 2010).

Esta variável [R] é medida pelo rácio: Resultado Líquido do Período/Total do Ativo [RLP/A], à semelhança de outros estudos (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Faisal et al., 2012; Perego, 2009; Romero et al., 2010; Simnett et al., 2009).

- Setor de atividade

A literatura sobre responsabilidade social corporativa tem evidenciado que a divulgação é maior ou menor dependendo do setor de atividade da empresa, sendo que as empresas pertencentes a setores de atividade de elevado perfil ou com maior impacto ambiental e/ou social tendem a divulgar mais informação (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Dias, 2009; Faisal et al., 2012; Kolk & Perego, 2010), dado quererem controlar os riscos de estarem mais expostas às ameaças ambientais e sociais (Simnett et al., 2009).

Consequentemente foi elaborada a seguinte hipótese:

H3: As empresas pertencentes a setores ambientais e socialmente sensíveis são mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade.

O setor de atividade também é uma variável muito recorrente nos estudos sobre a divulgação voluntária de informação não financeira (ver, por exemplo, Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Dias, 2009; Holder-Webb et al., 2009; Kolk & Perego, 2012; Perego, 2009; Romero et al., 2010; Simnett et al., 2009). Os estudos que se fundamentam na teoria da legitimidade verificam uma relação entre a divulgação e a o setor de atividade (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006).

Neste caso, é considerada a variável *dummy* [DSS], que assume o valor 1 se a empresa pertencer a um setor ambiental e/ou socialmente sensível, e o valor de 0, caso contrário. À semelhança de Branco & Rodrigues (2008) e Branco (2006), os setores de atividade ambiental e socialmente sensíveis são: mineração, petróleo e gás, produtos químicos, construção, florestal, papel, aço e outros metais, eletricidade e distribuição de gás e água.

- Endividamento

A literatura tem argumentado e obtido evidência sobre a relação entre o nível de endividamento das empresas e a divulgação de informação voluntária (ver, por exemplo, Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Faisal et al., 2012; Romero et al., 2010; Simnett et al., 2009).

Segundo Amran, Bin, & Hassan (2009) quanto mais endividada estiver a empresa, maior será a sua necessidade de passar uma boa imagem e ser credível junto dos seus credores, pelo que divulgará mais informação sobre responsabilidade social corporativa. No entanto, há quem defenda a relação inversa, ou seja, quanto menor o nível de endividamento da empresa, maior será a sua propensão para a divulgação de informação sobre responsabilidade social corporativa, uma vez que as empresas menos endividadas estarão dispostas a divulgar mais informações sociais e ambientais para garantir uma correta avaliação do seu nível de risco financeiro (Ahmad, Hassan, & Mohammad, 2003).

Face ao exposto e atendendo à realidade do contexto português, considera-se que os bancos, ao serem os principais credores, possuem mecanismos de acesso a informação privada, inclusive sobre sustentabilidade, não estimulando à publicação do relatório de sustentabilidade pelas empresas mais endividadas, justificando a seguinte hipótese:

H4: O endividamento de uma empresa está relacionado negativamente com a publicação do relatório de sustentabilidade.

No entanto, há vários artigos que não encontraram uma relação estatisticamente significativa entre o nível de endividamento e os relatórios de sustentabilidade (Branco & Rodrigues, 2008; Faisal et al., 2012; Romero et al., 2010).

A variável endividamento [E] é medida pelo rácio: total do passivo/total do ativo [P/A] à semelhança de outros estudos (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006; Faisal et al., 2012; Romero et al., 2010; Simnett et al., 2009).

- Modelo de governação societário

O Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, entre outras coisas, pretendeu atualizar a legislação existente sobre o governo das sociedades anónimas nacionais.

Apenas as sociedades com ações admitidas à negociação em mercados regulamentados eram regidas pelo tema do governo das sociedades, sendo que as recomendações e a regulamentação nesta área eram aprovadas pela CMVM (*Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, 2006*). O Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, pretendeu alargar a autonomia

societária (liberdade de escolha do modelo de governação) e o universo societário nacional, para que as empresas portuguesas se tornassem mais competitivas, através da adoção de modelos organizativos avançados, e, assim, ficar a par do Reino Unido, da Alemanha e da Itália (países que também têm realizado reformas legislativas nesta área), caracterizados por terem sistemas jurídicos muito avançados no plano do direito das sociedades.

Até 1986, o CSC aprovava dois modelos de governação societária (modelo latino e modelo dualista), mas com o *Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março*, passou-se a considerar mais um modelo de governação societária: o anglo-saxónico, que obriga a existência de uma comissão de auditoria dentro do órgão de administração.

Assim sendo, segundo o artigo 278º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, as três modalidades são:

- “a) Conselho de administração e conselho fiscal;
- b) Conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria, e revisor oficial de contas;
- c) Conselho de administração executivo, conselho geral e de supervisão e revisor oficial de contas.”

À alínea a) corresponde o modelo latino, à alínea b) o modelo anglo-saxónico e à alínea c) o modelo dualista.

O modelo latino reparte-se em dois submodelos, segundo o artigo 413º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março: o primeiro submodelo é o modelo latino simples, que é constituído pelo Conselho de administração e Conselho fiscal ou fiscal único (revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas); e o segundo submodelo, o latino reforçado, é constituído pelo Conselho de administração, Conselho fiscal e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não sejam membro do Conselho fiscal.

Considerando os estudos de Costa (2010) e de Costa et al. (2013), que atendem à relação entre o tipo de modelo de governação societário e à publicação da carta do presidente, e o facto da publicação do relatório de sustentabilidade ser de natureza voluntária à semelhança da carta do presidente, é expectável que as empresas com um modelo de governação anglo-saxónico

sejam mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade, pois estas empresas tendem a imitar as melhores práticas realizadas por empresas consideradas mais legítimas.

Consequentemente, é formulada a seguinte hipótese:

H5: As empresas que adotam o modelo de governação societária anglo-saxónico são mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade do que as empresas que adotam os modelos latino ou dualista.

É utilizada uma variável *dummy* [DMG], que assume o valor 1 se a empresa adotar o modelo de governação anglo-saxónico, e o valor 0 caso adote o modelo latino ou o dualista.

- Internacionalização (Número de participadas estrangeiras)

O número de participadas estrangeiras contribui para uma maior visibilidade e reforça a posição da empresa no mercado (Costa, 2010). As empresas internacionalizam-se para alargar a sua atividade a novos mercados, nos quais se pretendem legitimar. Mas é necessário atender às leis, regras, cultura e necessidades de cada país (Branco & Rodrigues, 2008; Branco, 2006). Por vezes, para entrar em alguns países, é essencial que as empresas reconheçam a importância de adotar elevados padrões ambientais e sociais (Branco, 2006).

As empresas mais internacionais tendem a seguir as melhores práticas (Costa et al., 2013; Costa, 2010), que atualmente incidem sobre iniciativas de responsabilidade social (Branco & Rodrigues, 2008), pelo que se acredita na sua maior probabilidade de publicar o relatório de sustentabilidade. Assim, espera-se que o número de participadas estrangeiras, como *proxy* da internacionalização, influencie positivamente a publicação dos relatórios de sustentabilidade. Por conseguinte, a hipótese é:

H6: O número de participadas estrangeiras está positivamente relacionado com a publicação do relatório de sustentabilidade.

Como medida considera-se, assim, o número de participadas estrangeiras incluídas no perímetro de consolidação do Relatório e Contas consolidado, tal como Costa et al. (2013).

- Tipo de auditor do Relatório e Contas

A política de divulgação de informação da empresa é influenciada pelo tipo de auditor escolhido, pois este é importante na difusão de orientações e procedimentos a serem seguidos pelas empresas, sendo que as *Big 4* podem encorajar as empresas a divulgarem informação (Costa, 2010) não obrigatória, como os relatórios de sustentabilidade.

Quanto maior for a reputação da empresa de auditoria maior será a probabilidade dos seus clientes (empresa) divulgarem mais informação sobre responsabilidade social corporativa (Ahmad et al., 2003). As empresas internacionais de auditoria, de elevada reputação, estarão mais sensíveis a este tipo de divulgação e agirão como impulsionadoras da mesma. Acresce ainda o facto de poderem abrir novos mercados para outro tipo de auditoria que não a financeira.

A hipótese é, então, formulada como se segue:

H7: Empresas auditadas por uma Big 4 são mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade do que as empresas não auditadas por uma Big 4.

O tipo de auditor do Relatório e Contas é medido por uma variável *dummy* [DTA], que assume o valor 1 se o auditor dos Relatórios e Contas for uma *Big 4*, e o valor 0 caso contrário, tal como Costa et al. (2013).

- Estrutura acionista

No caso de concentração da estrutura acionista, há que salientar que os acionistas têm acesso a informação privilegiada e, conseqüentemente, não estimulam a divulgação voluntária (Costa et al., 2013).

Quando a percentagem de concentração é difusa, é necessário um maior acompanhamento externo e como esse acompanhamento exige custos, a divulgação voluntária acaba por substituir esse acompanhamento (Eng & Mak, 2003). O aumento dos custos de agência com a estrutura acionista poderá levar ao aumento dos conflitos de interesse entre os proprietários. Assim, as empresas com uma menor concentração acionista têm estímulos mais fortes para

divulgarem informação voluntariamente, reduzindo assim os custos de agência (Oliveira, Rodrigues, & Craig, 2006).

Assim a hipótese é a seguinte:

H8: A estrutura acionista está relacionada negativamente com a publicação do relatório de sustentabilidade.

Para como *proxy* atende-se à percentagem detida pelos 5 maiores acionistas, à semelhança de Costa et al. (2013) e Oliveira et al. (2006) .

No entanto, há estudos que não encontraram nenhuma associação significativa entre a concentração acionista e a divulgação voluntária (ver, por exemplo, Costa et al., 2013; Oliveira et al., 2006).

- Variável de controlo

A introdução de variáveis de controlo permite considerar outros potenciais fatores de influência e isolar a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes. Uma vez que a nossa análise recai no período 2008 a 2011, ou seja, 4 anos, para controlar o fator tempo, três variáveis *dummy* foram introduzidas.

- Variável dependente

A variável dependente deste estudo é a publicação ou não de Relatório de Sustentabilidade [DRS], uma variável *dummy*, que assume o valor de 1 se a empresas publicar o relatório de sustentabilidade e o valor de 0, caso contrário.

A próxima tabela apresenta resumidamente as *proxies* utilizadas para cada variável independente.

Tabela 1. Variáveis independentes e *proxies* do estudo 1

Variável independente	Relação esperada	<i>Proxies</i>
Tamanho da empresa [T] (H1)	+	Logaritmo do Ativo (lnA)
Rendibilidade [R] (H2)	+	RLE/ Ativo
Setor de atividade [DSS] (H3)	+	Variável <i>dummy</i> : DSS=1 se a empresa pertencer a um setor ambiental e socialmente sensível; DSS= 0 caso contrário
Endividamento [E] (H4)	-	Total do Passivo/ Total do Ativo
Modelo de Governação Societário [DMG] (H5)	+	Variável <i>dummy</i> : DMG=1 se a empresa adotar o modelo anglo-saxónico; DMG= 0 caso contrário
Internacionalização [NPE] (H6)	+	Número de participadas estrangeiras
Tipo de auditor [DTA] (H7)	+	Variável <i>dummy</i> : DTA=1 se for auditada por uma <i>Big 4</i> ; TA= 0 caso contrário
Estrutura acionista [EA] (H8)	-	Percentagem detida pelos 5 maiores acionistas

4.1.2. Amostra

Para dar resposta à primeira questão de partida, ou seja, saber quais as empresas que publicam relatório ou informação de sustentabilidade integrada e quais os fatores que influenciam tal publicação, atendeu-se à listagem apresentada no Apêndice A, referida anteriormente, composta por 190 observações ao longo dos 4 anos em estudo, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Número de empresas da amostra do estudo 1 por ano

Ano	N.º empresas	%
2008	49	25,79%
2009	48	25,26%
2010	47	24,74%
2011	46	24,21%
Total	190	100%

Apesar de não terem sido considerados como relato de sustentabilidade os relatórios que tinham menos de 15 páginas sobre sustentabilidade, responsabilidade social, qualidade, ambiente e segurança, foi possível verificar que das 190 observações realizadas 33 tinham menos que as 15 páginas (em média tinham entre 2 a 3 páginas).

De salientar que em 5 empresas (Banco BPI, S.A., Fisipec - Fibras Sintéticas de Portugal, S.A., Grupo Media Capital SGPS S.A., Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. e Semapa-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.) o relato de sustentabilidade foi efetuado ao longo dos 4 anos em análise; em 3 empresas (Compta-Equipamentos e Serviços de Informática, S.A, Reditus - SGPS, S.A. e Zon Multimédia- Serviços de Telecomunicações e Multimédia S.A.) o relato foi efetuado em 3 anos dos 4 analisados, já a Sonae Capital SGPS, S.A. e a SUMOL+COMPAL, S.A. publicaram o relatório de sustentabilidade apenas em 2 dos 4 anos analisados (ver Apêndice B).

Relativamente à elaboração de relatórios de sustentabilidade, as empresas que o publicaram fizeram-no numa base anual, com a exceção da Portucel-Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A., que elaborou os relatórios bianualmente (2008/2009 e 2010/2011), e a Sonae Indústria, SGPS, S.A., que também em 2008 e 2009 emitiu apenas um relatório referentes a estes 2 anos, tendo posteriormente deixado de publicar qualquer relatório desta natureza.

Dos relatórios analisados pode-se ainda verificar que algumas empresas incluem o relatório de sustentabilidade no Relatório e Contas, como mostra a seguinte Tabela 3. Pode concluir-se que o número de empresas que incluem o relatório de sustentabilidade no Relatório e Contas tem vindo a aumentar de ano para ano.

Tabela 3. Empresas com o relatório de sustentabilidade incluído no Relatório e Contas

Empresas	2008	2009	2010	2011
Banco Comercial Português, S.A.	Sim	Sim	Incluído	Incluído
Banco Espírito Santo, S.A.	Sim	Sim	Incluído	Incluído
EDP - Energias de Portugal S.A.	Sim	Incluído	Incluído	Incluído
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído
Jerónimo Martins SGPS S.A.	Incluído	Incluído	Incluído	Incluído
Mota-Engil, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Incluído	Incluído
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Incluído
Zon Multimédia- Serviços de Telecomunicações e Multimédia S.A.	Não	Não	Não	Incluído

Legenda: Sim: As empresas publicaram o relatório de sustentabilidade de forma autónoma; Incluído: O relatório de sustentabilidade foi incluído no Relatório e Contas.

Quanto à disponibilidade do relatório de sustentabilidade o mesmo encontra-se disponível maioritariamente no sítio da internet das empresas, com a exceção do relatório de 2011 da Altri SGPS, S.A. e de 2008 da Toyota Caetano Portugal, S.A., que se encontram disponíveis no sítio da internet do BCSD Portugal.

As designações dadas ao relatório de sustentabilidade são diversas, mas a maioria designa-o de ‘Relatório de Sustentabilidade’, a não ser que esteja incluído no Relatório e Contas, embora o termo sustentabilidade ou responsabilidade social/corporativa apareça sempre na sua designação, com a exceção do relatório de 2008 da Sonae, SGPS, S.A. com a designação de “Crescer, Valorizar, Inovar - Um compromisso 50 anos à frente” (ver Apêndice C).

As orientações seguidas para a elaboração do relatório de sustentabilidade são as propostas pela GRI na versão G3, sendo que em 2011, algumas empresas já aplicaram a versão G3.1. Quanto ao nível da aplicação, maioritariamente é aplicado o nível A, seguindo-se o nível B e poucas aplicam o nível C. No entanto, há ainda algumas empresas que não referem quais as orientações seguidas para a elaboração do seu relatório de sustentabilidade (ver Apêndice D).

4.1.3. Análise dos resultados

Análise descritiva

Conforme a Tabela 4, pode verificar-se que o número de empresas que não publica o relatório de sustentabilidade é superior ao número de empresas que publica tal relatório, seja ele autónomo ou integrado no Relatório e Conta, e em 2011 houve um pequeno decréscimo no número de empresas que não publicaram o relatório de sustentabilidade.

Tabela 4. Número e percentagem de empresas com e sem Relatório de Sustentabilidade

Ano	N.º Empresas com RS	N.º Empresas sem RS
2008	22	27
2009	21	27
2010	20	27
2011	21	25
Total	84	106

RS: Relatório de Sustentabilidade.

A tabela 5 apresenta as estatísticas descritivas.

Tabela 5. Estatísticas Descritivas

Painel A: Variáveis Contínuas

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
T	189	20,72493	2,016071	16,84022	25,32853
R	189	-0,0073056	0,1114861	-0,9256363	0,3836581
E	189	0,8386954	0,5855471	0,4250282	7,675738
NPE	189	31,78836	61,06717	0	365
EA	189	-0,7207146	0,1825386	0,2875	0,9974

T: Tamanho; R: Rendibilidade; E: endividamento; NPE: Número de participadas estrangeiras; EA: Estrutura acionista.

Painel B: Variáveis *Dummy*

		Proporção	Std. Err.	Intervalo de confiança (95%)	
DRS	0	0,5555556	0,0362404	0,4840654	0,6270457
	1	0,4444444	0,0362404	0,3729543	0,5159346
DSS	0	0,7037037	0,0333027	0,6380088	0,7693986
	1	0,2962963	0,0333027	0,2306014	0,3619912
DMG	0	0,8095238	0,0286389	0,7530289	0,8660187
	1	0,1904762	0,0286389	0,1339813	0,2469711
DTA	0	0,2592593	0,0319611	0,1962108	0,3223077
	1	0,7407407	0,0319611	0,6776923	0,8037892

DRS: *Dummy* Relatório de Sustentabilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; DMG: Estrutura do modelo de governação societária; DTA: Tipo de auditor.

É possível verificar que 44,4% das observações da amostra atendem à publicação do relatório de sustentabilidade, mas apenas 30% pertencem aos setores ambientais e/ou socialmente sensíveis e 19% adotam o modelo de governação anglo-saxónico. No entanto, constata-se que a grande maioria das empresas cotadas opta por uma das *Big 4* empresas de auditoria (74%).

Análise Bivariada

Após exclusão dos *outliers* (utilizando o comando *handimvo* do STATA), a amostra ficou reduzida a 170 observações. A Tabela 6 apresenta as correlações de *Spearman* na diagonal inferior, para a amostra final, não atendendo ao controlo para o ano.

Tabela 6. Correlações de Spearman (n=170)

	DRS	T	R	DSS	E	DMG	NPE	DTA	EA
DRS	1								
T	0,6199***	1							
R	0,3105***	0,2645***	1						
DSS	0,0963	0,1341*	0,0373	1					
E	-0,1549**	0,0674	-0,5084***	-0,1634**	1				
DMG	0,1431*	0,1924**	0,2167***	-0,1027	-0,0566	1			
NPE	0,4995***	0,6619***	0,2971***	0,2446***	-0,1382*	0,0804	1		
DTA	0,2473***	0,3745***	0,2830***	-0,1502*	-0,0869	0,3045***	0,3219***	1	
EA	-0,1834**	-0,4403***	-0,2182***	-0,0463	-0,1182	-0,2714***	-0,3925***	-0,3734***	1

DRS: *Dummy* Relatório de Sustentabilidade; T: Tamanho; R: Rendibilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; E: endividamento; DMG: Estrutura do modelo de governação societária; NPE: Número de participadas estrangeiras; DTA: Tipo de auditor; EA: Estrutura acionista.

*** Significativo a 1%.

** Significativo a 5%.

* Significativo a 10%.

A Tabela 6 leva a concluir que há uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a divulgação do relatório de sustentabilidade e o tamanho, a rendibilidade, o número de participadas estrangeiras e o tipo de auditor para um nível de significância de 1%, e o modelo de governação societário para um nível de significância de 10%; e negativa e estatisticamente significativa entre a divulgação do relatório de sustentabilidade e o endividamento e a estrutura acionista, para um nível de significância de 5%. No entanto, é de destacar os cuidados a ter nesta interpretação, face ao tipo de variável que se pretende explicar. Adicionalmente, não se verificam correlações elevadas entre as variáveis dependentes.

Análise Multivariada

Uma vez que a variável dependente é dicotómica, foram utilizados os modelos de regressão *logit* e *probit*. Na prática, o modelo *logit* é o mais utilizado devido à sua especificação matemática mais simples e ao facto de não exigir normalidade.

Enquanto o modelo *logit* considera uma função de distribuição acumulada logística, o modelo *probit* admite a função de distribuição normal (*standard*) para expressar a relação não linear entre as probabilidades estimadas da variável dependente e as variáveis explicativas.

Modelo Logit

Considere-se a utilização do modelo logístico (*logit*), controlando os efeitos para o ano em questão. Os resultados da regressão do modelo são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7. Resultados do Modelo de Regressão Logit sem Outliers (resultados robustos)

DRS	Coefficientes	Std. Err.	z	P> z 	Intervalo de confiança (95%)	
T	0,8448285	0,1759636	4,80	0,000	0,4999461	1,189711
R	10,41465	9,228689	1,13	0,259	-7,673247	28,50255
DSS	-0,5038209	0,5072281	-0,99	0,321	-1,49797	0,4903279
E	-4,509346	1,454192	-3,10	0,002	-7,35951	-1,659183
DMG	0,9581737	0,6390325	1,50	0,134	-0,294307	2,210654
NPE	0,0403402	0,0110083	3,66	0,000	0,0187643	0,0619162
DTA	-0,2748753	0,5881798	-0,47	0,640	-1,427686	0,877936
EA	1,991555	1,425329	1,40	0,162	-0,8020382	4,785148
Ano_2009	-0,4218182	0,6546716	-0,64	0,519	-1,704951	0,8613146
Ano_2010	-0,6945653	0,6117907	-1,14	0,256	-1,893653	0,5045225
Ano_2011	-0,3316675	0,6723385	-0,49	0,622	-1,649427	0,9860918
Constante	-16,46914	3,709254	-4,44	0,000	-23,73915	-9,199138
Número de observações: 170						
Wald chi2 (11): 87,92						
Prob>chi2: 0						
Log pseudolikelihood: -65,239305						
Pseudo R²: 0,4352						

Variável dependente: DRS: *dummy* relatório de sustentabilidade.

Variáveis independentes: T: Tamanho; R: Rendibilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; DSF: Setor Financeiro; E: endividamento; DMG: Estrutura do modelo de governação societária; NPE: Número de participadas estrangeiras; EA: Estrutura acionista.

Variável de controlo: ano.

Os resultados apresentados confirmam as hipóteses 1 [T], 4 [E] e 6 [NPE], para um nível de significância de 1%: as maiores empresas, menos endividadas e com maior número de participadas estrangeiras são as que mais tendem a publicar o relatório de sustentabilidade.

Ou seja, as maiores empresas recorrem à publicação destes relatórios para assim criar ou manter a sua reputação corporativa perante a sociedade. Diversos estudos chegaram a esta mesma conclusão, nomeadamente, Amran et al. (2009), Branco & Rodrigues (2008), Perego (2009) e Romero et al. (2010).

Por sua vez as empresas menos endividadas pretendem através da divulgação destes relatórios, mostrar o seu baixo nível de risco financeiro. Esta associação é confirmada por outros estudos (ver por exemplo, Ahmad et al., 2003; Branco & Rodrigues, 2008; Simnett et al., 2009).

Já a associação positiva entre o número de participadas estrangeiras e a publicação do relatório de sustentabilidade atende ao facto das empresas pretenderem seguir as melhores práticas internacionais, de forma a legitimarem-se. Tal também é confirmado pelo estudo de Costa et al. (2013), para o caso da publicação da carta do presidente.

Os resultados evidenciam que a rendibilidade, a pertença a um setor ambiental e socialmente sensível, a estrutura do modelo de governação societária, o tipo de auditor e a estrutura acionista parecem não influenciar a opção de publicação do relatório de sustentabilidade.

Para a variável do rendimento, o estudo de Romero et al. (2010) também não encontrou qualquer associação com a publicação de relatórios de sustentabilidade, pois as empresas, ao avaliar o custo-benefício dessa publicação, consideram o custo superior, não publicando assim o relatório de sustentabilidade. Os resultados relativos à variável DSS também são consistentes com Branco & Rodrigues (2008), ou seja, os setores de atividade considerados mais sensíveis não estão relacionados com a publicação de relatórios de sustentabilidade/responsabilidade corporativa. Já no estudo de Costa et al. (2013), o modelo de governação societário e a estrutura acionista não se mostraram fatores determinantes da publicação de informação não financeira, como é a carta do presidente.

Modelo Probit

Considerou-se a utilização do modelo *probit*, controlando os efeitos para o ano. Esta função permite que a probabilidade de publicação do relatório de sustentabilidade permaneça entre 0 e 1. Os resultados da regressão do modelo são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8. Resultados do Modelo de Regressão *Probit* sem *Outliers* (resultados robustos)

DRS	Coefficientes	Std. Err.	z	P> z 	Intervalo de confiança (95%)	
T	0,5051889	0,0943709	5,35	0,000	0,3202253	0,6901525
R	6,1394	4,738373	1,30	0,195	-3,14764	15,42644
DSS	-0,3396809	0,2857545	-1,19	0,235	-0,8997495	0,2203877
E	-2,692392	0,8303402	-3,24	0,001	-4,319829	-1,064955
DMG	0,5707082	0,3389541	1,68	0,092	-0,0936295	1,235046
NPE	0,0243649	0,0061075	3,99	0,000	0,0123944	0,0363354
DTA	-0,1591279	0,3226143	-0,49	0,622	-0,7914403	0,4731846
EA	1,133727	0,7884113	1,44	0,150	-0,4115305	2,678985
Ano_2009	-0,2398523	0,3595958	-0,67	0,505	-0,9446471	0,4649426
Ano_2010	-0,4034218	0,3452336	-1,17	0,243	-1,080067	0,2732237
Ano_2011	-0,1694492	0,3678784	-0,46	0,645	-0,8904777	0,5515792
Constante	-9,812793	2,034858	-4,82	0,000	-13,80104	-5,824545
Número de observações: 170						
Wald chi2 (11): 103,06						
Prob>chi2: 0						
Log pseudolikelihood: -64,499439						
Pseudo R²: 0,4417						

Variável dependente: DRS: *dummy* relatório de sustentabilidade.

Variáveis independentes: T: Tamanho; R: Rendibilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; E: endividamento; DMG: Estrutura do modelo de governação societária; NPE: Número de participadas estrangeiras; DTA: Tipo de auditor; EA: Estrutura acionista.

Variável de controlo: Ano.

Os coeficientes do modelo *probit* evidenciam que as hipóteses 1 [T], 4 [E] e 6 [NPE] são confirmadas para um nível de significância de 1%, à semelhança dos resultados do modelo *logit*, e a hipótese 5 [DMG] para um nível de significância de apenas 10% (de destacar que para esta variável o *p-value* constante da Tabela 7 é de 0,134). Por outro lado, à semelhança do modelo *logit*, os resultados não confirmam as hipóteses 2, 3, 7 e 8.

Neste caso, os resultados evidenciam que as maiores empresas, menos endividadas e com mais participadas estrangeiras no perímetro de consolidação (internacionalização), e em menor extensão as que adotam o modelo de governação anglo-saxónico, tendem a proceder à publicação do relatório de sustentabilidade.

Conclui-se que os resultados das estimações do modelo *logit* e *probit* são similares em termos de significância estatística, apesar dos valores dos coeficientes estimados não serem diretamente comparáveis.

4.2. Estudo 2 – Fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas de credibilização externa voluntária do relatório de sustentabilidade

4.2.1. Desenvolvimento das hipóteses e definição das variáveis

Atendendo à revisão de literatura efetuada, foram definidas 6 hipóteses quanto aos fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas de credibilização externa voluntária do seu relatório de sustentabilidade, apresentadas seguidamente.

- Tamanho da empresa

De forma a manterem ou ganharem legitimidade, há uma maior probabilidade das empresas de maior dimensão credibilizam externamente os seus relatórios de sustentabilidade (Simnett et al., 2009), porque são mais visíveis aos olhos da sociedade e dispõem de mais recursos financeiros. Assim,

H1: O tamanho da empresa está relacionado positivamente com a publicação do relatório de sustentabilidade credibilizado.

No entanto, há estudos como Kolk & Perego (2010) que não encontraram tal associação significativa.

À semelhança do estudo 1, é utilizada como *proxy* o logaritmo do ativo.

- Rendibilidade

As empresas com maior rendibilidade são mais propensas a divulgar informação sustentável credibilizada, dado que a credibilização é um processo dispendioso (Kolk & Perego, 2010; Simnett et al., 2009) e, por isso, uma baixa rendibilidade poderá ser um obstáculo à credibilização externa dos relatórios de sustentabilidade (Kolk & Perego, 2012). Consequentemente, foi formulada a seguinte hipótese:

H2: A rendibilidade de uma empresa está relacionada positivamente com a publicação do relatório de sustentabilidade credibilizado.

Também neste caso é usada como *proxy* da rendibilidade o rácio RLP/A, tal como no primeiro estudo.

- Setor de atividade

As empresas pertencentes a setores de atividade de alto perfil ou com maior impacto ambiental são mais propensas a credibilizar os seus relatórios de sustentabilidade (Faisal et al., 2012; Kolk & Perego, 2012; Simnett et al., 2009), uma vez que pretendem aumentar a confiança dos utilizadores destes relatórios (Simnett et al., 2009) e dado serem empresas que estão mais expostas aos riscos ambientais e sociais (Kolk & Perego, 2010; Simnett et al., 2009). Daqui resulta a seguinte hipótese:

H3: As empresas pertencentes a setores ambiental e/ou socialmente sensíveis são mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade credibilizado.

A variável DSS é construída à semelhança do estudo 1.

- Endividamento

As empresas menos alavancadas tendem a credibilizar mais os seus relatórios de sustentabilidade do que as empresas mais endividadas, uma vez que, sendo o processo de credibilização externo um procedimento oneroso (Kolk & Perego, 2010; Simnett et al., 2009),

estas terão mais recursos financeiros disponíveis para o fazerem. Assim a hipótese é formulada da seguinte forma:

H4: O endividamento de uma empresa está relacionado negativamente com a publicação do relatório de sustentabilidade credibilizado.

Como *proxy* para o endividamento (E) é usada a mesma do primeiro estudo, ou seja, P/A.

No entanto, a literatura apresenta também argumentos que podem justificar a existência de uma relação direta: quanto mais endividada estiver a empresa, maior será a sua necessidade de passar uma boa imagem e ser credível junto dos seus credores e da sociedade (ver Amran et al., 2009).

- Modelo de governação societário

Dada a tendência para seguir as melhores práticas das empresas consideradas mais legítimas internacionalmente (Costa, 2010; Costa et al. 2013), as empresas com um modelo de governação anglo-saxónico são mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade credibilizado, sendo esta uma prática que internacionalmente tem ganho adeptos. Por isso, é apresentada a próxima hipótese:

H5: As empresas que adotam o modelo de governação societária anglo-saxónico são mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade credibilizado do que as empresas que adotam o modelo latino ou o dualista.

É utilizada a variável DMG, que assume o valor 1 se a empresa adotar o modelo de governação anglo-saxónico, e o valor 0 caso adote o modelo latino ou o dualista, tal como no estudo 1.

- Internacionalização (número de participadas estrangeiras)

Quanto mais internacionais forem as empresas mais se espera que imitam as melhores práticas (Costa, 2010; Costa et al., 2013), entre elas a emissão do relatório de sustentabilidade

credibilizado. Assim, espera-se que o número de participadas estrangeiras, como *proxy* da internacionalização, influencie a credibilização dos relatórios de sustentabilidade. Por conseguinte, a hipótese é:

H6: As empresas com maior número de participadas estrangeiras são mais propensas a publicarem o relatório de sustentabilidade credibilizado.

Como medida considera-se número de participadas estrangeiras incluídas no perímetro de consolidação do Relatório e Contas consolidado (ver Costa et al., 2013), à semelhança do primeiro estudo.

- Variável de controlo

Uma vez mais como variável de controlo será considerado o ano, compreendendo os exercícios económicos de 2008, 2009, 2010 e 2011, logo serão introduzidas três variáveis *dummy*.

- Variável dependente

A variável dependente deste estudo é a credibilização externa ou não do relatório de sustentabilidade [DCRS], uma variável *dummy*, que assume o valor de 1 se a empresa credibiliza externamente o relatório de sustentabilidade através de declaração de garantia de um auditor ou entidade independente, e o valor de 0 caso contrário.

A Tabela 9 apresenta as variáveis independente e as respetivas *proxies*.

Tabela 9. Variáveis independentes e proxies do estudo 2

Variável independente	Relação esperada	Proxies
Tamanho da empresa [t] (H1)	+	Logaritmo do ativo (lnA)
Rendibilidade [R] (H2)	+	RLE/A
Setor de atividade [DSS] (H3)	+	Variável <i>dummy</i> : DSS=1 se a empresa pertencer a um setor ambiental e/ou socialmente sensível; DSS= 0 caso contrário
Endividamento [E] (H4)	-	Total do Passivo/ Total do Ativo
Modelo de Governança Societário [DMG] (H5)	+	Variável <i>dummy</i> : DMG=1 se a empresa adotar o modelo anglo-saxónico; DMG= 0 caso contrário
Internacionalização [NPE] (H6)	+	Número de participadas estrangeiras

4.2.2. Amostra

Quanto ao estudo 2, para se tentar perceber quais os fatores que poderão explicar a escolha voluntária por parte das empresas em ter os relatórios de sustentabilidade credibilizados, partiu-se da amostra do estudo 1, atendendo apenas às empresas que tinham publicado relatórios/informação de sustentabilidade. Por conseguinte, a amostra para o estudo 2 é constituída por 84 observações no período de 2008 a 2011 (ver Tabela 10).

Tabela 10. Número de empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade

Ano	N.º Empresas	%
2008	22	26,19%
2009	21	25%
2010	20	23,81%
2011	21	25%
Total	84	100%

4.2.3. Análise dos Resultados

Análise descritiva

Da análise dos 84 relatórios de sustentabilidade conclui-se que 45 destes são credibilizados, sendo que o número de relatórios credibilizados se manteve nos últimos 3 anos analisados.

Tabela 11. Número e percentagem de Relatório de Sustentabilidade credibilizados versus não credibilizados

Ano	N.º RS credibilizados	%	N.º RS não credibilizados	%
2008	9	10,71%	13	15,48%
2009	12	14,29%	9	10,71%
2010	12	14,29%	8	9,52%
2011	12	14,29%	9	10,71%
Total	45	53,57%	39	46,43%

RS: Relatório de Sustentabilidade.

Como analisado anteriormente, os prestadores de garantia para os relatórios de sustentabilidade podem ser auditores ou então especialistas ambientais, sociais e éticos (Deegan et al., 2006; Kolk & Perego, 2012; Simnett et al., 2009; Wallage, 2000). Contudo são as *Big 4* que mais credibilizam relatórios de sustentabilidade (O'Dwyer et al., 2011; O'Dwyer, 2011), dado já terem uma forte experiência em prestações de garantia (Kolk & Perego, 2012) e serem consideradas os prestadores de garantia com mais qualidade (Perego, 2009; Simnett et al., 2009).

Neste estudo, e de forma consistente com a literatura, verifica-se que a escolha do prestador de garantia dos relatórios de sustentabilidade pelas empresas da amostra assenta numa *Big 4*, e dentro destas destaca-se a KPMG, tal como é evidenciado na Tabela 12.

Tabela 12. Prestadores de Garantia mais comuns dos Relatórios de Sustentabilidade

Ano	KPMG	%	PWC	%	Deloitte	%	SGS ICS	%
2008	4	8,89%	3	6,67%	1	2,22%	1	2,22%
2009	4	8,89%	3	6,67%	3	6,67%	2	4,44%
2010	5	11,11%	3	6,67%	3	6,67%	1	2,22%
2011	6	13,33%	3	6,67%	1	2,22%	2	4,44%
Total	19	42,22%	12	26,67%	8	17,78%	6	13,33%

A Tabela 13 apresenta as estatísticas descritivas.

Tabela 13. Estatísticas Descritivas

Painel A: Variáveis Contínuas

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
T	84	22,1	1,614679	19,17436	25,32853
R	84	0,0277639	0,0576451	-0,0793195	0,3836581
E	84	1,413331	0,346989	0,1302806	2,352785
NPE	84	61,44048	81,51404	0	365

T: Tamanho; R: Rendibilidade; E: endividamento; NPE: Número de participadas estrangeiras.

Painel B: Variáveis *Dummy*

		Proporção	Std. Err.	Intervalo de confiança (95%)	
DCRS	0	0,4642857	0,0547419	0,3554062	0,5731652
	1	0,5357143	0,0547419	0,4268348	0,6445938
DSS	0	0,6428571	0,0525944	0,5383491	0,7474652
	1	0,3571429	0,0525944	0,2525348	0,4617509
DMG	0	0,75	0,475293	0,6554661	0,8445339
	1	0,25	0,475293	0,1554661	0,3445339

DCRS: *Dummy* Credibilização do Relatório de Sustentabilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; DMG: Estrutura do modelo de governação societária.

É de salientar que 53,6% das empresas que publicam o relatório de sustentabilidade optam por credibiliza-lo através de uma declaração de garantia de fiabilidade de um auditor ou entidade independente externa, sendo que apenas 35,7% das observações das amostra dizem respeito a empresas que pertencem a um setor ambiental e/ou socialmente sensível.

Análise Bivariada

Após exclusão dos *outliers* (utilizando o comando *handimvo* do STATA), a amostra ficou reduzida a 78 observações. A Tabela 14 apresenta as correlações de *Spearman* na diagonal inferior, para a amostra final, não atendendo ao controlo para o ano.

Tabela 14. Correlações de Spearman (n=78)

	DCRS	T	R	DSS	E	DMG	NPE
DCRS	1						
T	0,4242***	1					
R	0,2113*	-0,0350	1				
DSS	0,0824	0,0262	0,1617	1			
E	0,0792	-0,5044***	0,5249***	0,0665	1		
DMG	0,0299	0,1307	0,1002	-0,1977*	-0,1983*	1	
NPE	0,0632	0,3564***	-0,1336	0,0940	-0,1809	-0,2893**	1

DCRS: *Dummy* Credibilização do Relatório de Sustentabilidade; T: Tamanho; R: Rendibilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; E: endividamento; DMG: Estrutura do modelo de governação societária; NPE: Número de participadas estrangeiras.

*** Significativo a 1%.

** Significativo a 5%.

* Significativo a 10%.

Apesar dos cuidados a ter na leitura da Tabela 14, esta indicia a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a credibilização do relatório de sustentabilidade e o tamanho e a rendibilidade, para um nível de significância, respetivamente, de 1% e de 10%. Não se verificam correlações elevadas entre as variáveis dependentes.

Análise Multivariada

Modelo Logit

Considere-se a utilização do modelo logístico (*logit*), controlando os efeitos para os anos em análise. Os resultados da regressão do modelo são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15. Resultados do Modelo de Regressão Logit sem Outliers (resultados robustos)

DCRS	Coeficientes	Robust Std. Err.	z	P> z	Intervalo de confiança (95%)	
T	1,259847	0,2692602	4,68	0,000	0,7321064	1,787587
R	3,371848	8,674204	0,39	0,697	-13,62928	20,37297
DSS	0,4675663	0,7184302	0,65	0,515	-0,9405311	1,875664
E	4,275851	1,787281	2,39	0,017	0,7728441	7,778858
DMG	0,0225267	0,6515779	0,03	0,972	-1,254543	1,299596
EA	-0,0064574	0,0058357	-1,11	0,268	-0,178952	0,0049803
Ano_2009	0,511075	0,8648511	0,59	0,555	-1,184002	2,206152
Ano_2010	0,5887378	0,8797255	0,56	0,579	-1,235492	2,212968
Ano_2011	0,5966349	0,7771493	0,77	0,443	-0,9265497	2,119819
Constante	-34,11026	8,019075	-4,25	0,000	-49,82736	-18,39316
Número de observações: 78						
Wald chi2 (9): 28,41						
Prob>chi2: 0,0008						
Log pseudolikelihood: -35,672307						
Pseudo R2: 0,3402						

Varável dependente: DCRS: *Dummy* Credibilização do Relatório de Sustentabilidade.

Variáveis independentes: T: Tamanho; R: Rendibilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; E: endividamento; DMG: Estrutura do modelo de governação societária; NPE: Número de participadas estrangeiras.

Variável controlo: ano.

Os resultados apresentados confirmam a hipótese 1 [T] para um nível de significância de 1%. A hipótese 4 [E] é também confirmada mas com sinal contrário, para um nível de significância de 5%. Ou seja, os resultados indiciam que das empresas portuguesas cotadas que apresentam relatório de sustentabilidade, as maiores empresas e as mais endividadas são as mais propensas a credibilizarem externamente o seu relatório de sustentabilidade. À semelhança de Simnett et al. (2009), as maiores empresas pretendem desta forma legitimar-se perante a sociedade, tentando ser bem vistas por esta e mostrando que têm mais recursos financeiros.

A rendibilidade, a pertença a um setor ambiental e socialmente sensível, a estrutura do modelo de governação societária e o número de participadas estrangeiras parecem não influenciar a opção de credibilização externa do relatório de sustentabilidade.

Estes resultados devem ser contextualizados no tipo de amostra atendida, ou seja, empresas cotadas, com grande visibilidade pública e sujeitas a exigências de informação elevadas por parte da própria CMVM. Poderá neste caso existir uma tendência para seguir as melhores práticas internacionais decorrentes, independentemente dos fatores corporativos testados, argumento sustentado quando se verifica que dos 45 relatórios de sustentabilidade credibilizados 39 o foram por uma das *Big 4* ou pela sociedade certificadora SGS ICS (6), também ela internacional (ver Tabela 12).

Modelo Probit

Considere-se agora a utilização do modelo *probit*, controlando os efeitos para os anos em análise. Os resultados da regressão do modelo são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16. Resultados do Modelo de Regressão Probit sem Outliers (resultados robustos)

DCRS	Coeficientes	Robust Std. Err.	z	P> z	Intervalo de confiança (95%)	
T	0,7503276	0,1383739	5,42	0,000	0,4791198	1,021535
R	2,370356	4,886438	0,49	0,628	-7,206886	11,9476
DSS	0,2510346	0,3869446	0,65	0,516	-0,5073629	1,009432
E	2,416734	0,8725591	2,77	0,006	0,70655	4,126919
DMG	-0,0319229	0,379423	-0,08	0,933	-0,7755782	0,7117325
NPE	-0,0044524	0,0034125	-1,30	0,192	-0,0111409	0,002236
Ano_2009	0,2995134	0,4804299	0,62	0,533	-0,6421119	1,241139
Ano_2010	0,2945416	0,4898810	0,60	0,548	-0,665608	1,254691
Ano_2011	0,3525776	0,4898812	0,80	0,423	-0,5107723	1,215927
Constante	-20,08893	3,979721	-5,05	0,000	-27,8904	-12,128882
Número de observações: 78						
Wald chi2 (9): 36,44						
Prob>chi2: 0						
Log pseudolikelihood: -35,540141						
Pseudo R2: 0,3426						

Varável dependente: DCRS: *Dummy* Credibilização do Relatório de Sustentabilidade.

Variáveis independentes: T: Tamanho; R: Rendibilidade; DSS: Setor ambiental e/ou socialmente sensível; E: endividamento; DMG: Estrutura do modelo de governação societária; NPE: Número de participadas estrangeiras.

Variável controlo: ano.

Pela análise da Tabela 16, uma vez mais se conclui que os resultados das estimações dos modelos *logit* e *probit* são similares em termos de significância estatística.

5. Conclusão

5.1. Sumário

Esta dissertação teve como tema a publicação e a credibilização dos relatórios de sustentabilidade. A sociedade atual cada vez mais dá importância a questões do foro ambiental e social, o que impulsiona as empresas a investir mais em atividades e divulgações não financeiras, para com isso, alcançar uma maior riqueza e uma vantagem competitiva em relação às restantes empresas. Esta informação não financeira inclui a informação sobre sustentabilidade e, conseqüentemente, os relatórios de sustentabilidade, que têm vindo a ganhar importância no contexto dos negócios.

A sustentabilidade abarca o *triple bottom line*, ou seja, a área económica, social e ambiental, e só é alcançada quando há um equilíbrio entre estas e não se comprometem as necessidades futuras.

As empresas para responder às pressões da sociedade, criar/manter/recuperar a reputação corporativa e melhorar a sua imagem publicam voluntariamente o relatório de sustentabilidade, pois através deste divulgam o seu desempenho não financeiro.

Embora a auditoria aos relatórios de sustentabilidade tenha vindo a aumentar nos últimos anos, ainda são poucos os relatórios credibilizados. Porém este procedimento é fundamental para que a informação contida nestes seja considerada fiável, credível e com qualidade. A credibilização dos relatórios de sustentabilidade é uma opção por parte da empresa, dado não haver nenhuma regulamentação que as obrigue a credibilizar os seus relatórios não financeiros.

A escolha do prestador de garantia também é feita pela empresa, e esta pode optar por auditores, empresas de contabilidade, especialistas sociais, ambientais e éticos, entre outros, sendo as *Big 4* a opção maioritária. Por vezes, poderá haver uma cooperação entre auditores e especialistas ambientais/éticos/sociais. Também para haver uma maior colaboração, ou a escolha de um único prestador de garantia, o relatório de sustentabilidade pode ser incluído no Relatório e Contas ou então ser emitido na mesma altura.

O prestador de garantia, para reduzir as lacunas nas expectativas das auditorias, deverá seguir as melhores práticas internacionais, que incluem as orientações da GRI, FEE, AA1000 e

ISAE 3000. Estas auxiliam tanto na elaboração como na credibilização dos relatórios de sustentabilidade.

Esta investigação tem por base as empresas cotadas na *Euronext* Lisboa desde 2008 até 2011, sendo que para a sua concretização efetuaram-se dois estudos. O primeiro pretende dar resposta à seguinte questão: Quais as características das empresas que justificam a opção de publicar um relatório de sustentabilidade? Por sua vez, o segundo pretende responder a: Quais as características das empresas que justificam a opção de possuir um relatório de sustentabilidade credibilizado por uma entidade independente/auditor?

Os resultados do primeiro estudo evidenciam que as empresas de maior dimensão, menos endividadas e com maior número de participadas estrangeiras tendem a publicar o relatório de sustentabilidade. Ou seja, as maiores empresas recorrem à publicação destes relatórios para assim criar ou manter a sua reputação corporativa perante a sociedade; por sua vez as empresas menos endividadas pretendem através da divulgação destes relatórios, mostrar o seu baixo nível de risco financeiro e gerir a sua legitimidade. Já as empresas com maior número de participadas estrangeiras pretenderem seguir as melhores práticas internacionais, de forma a legitimarem-se.

Neste primeiro estudo foi ainda possível verificar que apenas 44,4% das empresas publicaram o relatório de sustentabilidade, sendo que o número de publicações variou ao longo dos quatro anos em análise, e o número de relatórios de sustentabilidade integrados no Relatório e Contas tem vindo a aumentar.

Quanto ao segundo estudo, os resultados indicam que as maiores e mais endividadas são mais propensas a credibilizarem externamente os seus relatórios de sustentabilidade. Estes resultados devem ser contextualizados no tipo de amostra atendida, ou seja, empresas cotadas, com grande visibilidade pública e sujeitas a exigências de informação elevadas por parte da própria CMVM. Poderá neste caso existir uma tendência para seguir as melhores práticas internacionais decorrentes, independentemente dos fatores corporativos testados, argumento sustentado quando se verifica que dos 45 relatórios de sustentabilidade credibilizados 35 o foram por uma das *Big 4* ou pela sociedade certificadora SGS ICS, também ela internacional.

5.2. Contribuições do Estudo

Este estudo contribui para o aumento da literatura existente em contabilidade e em auditoria social, mas também para a compreensão tanto teórica como empírica da divulgação da informação sustentável e da sua credibilização de forma voluntária por parte das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa.

A parte teórica contribui para o aumento da investigação, recorrendo à teoria da legitimidade, sobre a divulgação voluntária da informação sustentável e da credibilização dessa informação.

Quanto à parte empírica, quanto é do nosso conhecimento este foi o primeiro estudo que pretendeu estudar quais os fatores corporativos que sustentam a opção por parte das empresas portuguesas cotadas de publicarem e de credibilizarem os relatórios de sustentabilidade voluntariamente. Deste, modo foi possível compreender melhor a realidade portuguesa em relação ao tema em estudo, o que potencia futuros estudos comparativos.

5.3. Limitações

Todas as investigações têm as suas limitações, por isso os resultados alcançados devem ser interpretados de acordo com essas limitações, nomeadamente, quanto ao método de investigação adotado.

Como limitações deste estudo temos o tamanho da amostra, pois apenas engloba empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, ou seja, engloba apenas uma pequena parte das empresas portuguesas, o que limita a generalização do estudo, e o espaço temporal de apenas 4 anos que não permite verificar qual a tendência para a publicação e credibilização de relatórios de sustentabilidade. Outra limitação prende-se com o fato de os relatórios de sustentabilidade e as declarações de auditoria não serem analisados quanto ao nível da qualidade, apenas se atendeu à sua presença ou não.

Estas limitações poderão fornecer oportunidades para investigações futuras.

5.4. Investigação Futura

Estudos futuros poderão atender a um outro tipo de amostra, incluindo outras empresas portuguesas, ou então de outros países, bem como alargar o período temporal. Adicionalmente, outras variáveis explicativas poderão ser utilizadas, essencialmente relacionadas com o governo das sociedades.

Outra tipo de investigação poderá ser efetuada, nomeadamente a análise dos relatórios de sustentabilidade e das declarações de garantia atendendo ao nível de qualidade e conteúdo, questionando diretamente as empresas quanto às razões que as levam voluntariamente a publicarem (ou não) e a credibilizarem (ou não) os seus relatórios de sustentabilidade, bem como as suas perceções quanto à influência da credibilização dos relatórios de sustentabilidade na tomada de decisão dos utilizadores, nomeadamente, de investimento.

Apêndices

Apêndice A: Listagem das empresas portuguesas cotadas no período 2008 a 2011 na *Euronext* Lisboa

Altri SGPS, S.A.
Banco BPI SA.
Banco Comercial Português S.A.
Banco Espírito Santo, S.A.
Banif SGPS, S.A.
Brisa S.A - Auto-Estradas de Portugal
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Cofina SGPS, S.A.
Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, S.A.
Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.
Corticeira Amorim SGPS, S.A.
EDP - Energias de Portugal, S.A.
Estoril Sol, SGPS, S.A.
F. Ramada Investimentos SGPS, S.A.
Finibanco - Holding, SGPS S.A.
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.
Futebol Clube do Porto - Futebol, SAD
Galp Energia SGPS, S.A.
Glintt - Global Intelligent Technologies SGPS, S.A.
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.
Ibersol SGPS, S.A.
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.
Impresa SGPS, S.A.
Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.
Martifer SGPS, S.A.
Mota-Engil, SGPS, S.A.
Novabase SGPS, S.A.
Papeleria Fernandes - Indústria e Comércio, S.A.
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
Portugal Telecom, SGPS, S.A.
Reditus – SGPS, SA
Ren - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Sag Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.
Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sonae Capital, SGPS, S.A.
Sonae Indústria, SGPS, S.A.
Sonae, SGPS, S.A.
Sonaecom, SGPS, S.A.
Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD
Sporting – Sociedade Desportiva de Futebol, SAD
Sumol+Compal, S.A (ex-sumolis)
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.
Toyota Caetano Portugal, S.A.
Vista Alegre Atlantis SGPS, S.A.
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Apêndice B: Caracterização da amostra quanta à emissão detalhada de relatórios de sustentabilidade

Empresas	2008	2009	2010	2011
Altri SGPS, S.A.	Não	Não	Não	Sim
Banco Comercial Português, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Banco Espírito Santo, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Banif, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Cimpor Cimentos de Portugal SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
EDP - Energias de Portugal S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Galp Energia SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Ibersol - SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Jerónimo Martins SGPS S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Martifer, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Mota-Engil, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Portucel-Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Não	Não
Sonae, SGPS, S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
Sonaecom SGPS S.A.	Sim	Sim	Sim	Sim
SUMOL+COMPAL, S.A. (ex-sumolis)	Sim	Sim	Não	Não
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	Não	Não	Sim	Não
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Sim	Não	Não	Não
Zon Multimédia- Serviços de Telecomunicações e Multimédia S.A.	Não	Não	Não	Sim

Apêndice C: Designações dadas à informação sustentável

- Apêndice C1: Designação: Relatório de Sustentabilidade

Empresas	Anos
Altri SGPS, S.A.	2011
Banco Comercial Português S.A.	2008/09
Banco Espírito Santo, S.A.	2008/09
Brisa S.A - Auto-Estradas de Portugal	2008/09/10/11
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	2008/09/10/11
Corticeira Amorim SGPS, S.A.	2008/11
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2011
Ibersol SGPS, S.A.	2009/10/11
Martifer SGPS, S.A.	2009/11
Mota-Engil, SGPS, S.A.	2008/09
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	2010/11
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	2008/09/10/11
Ren - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	2008/09
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	2008/09
Sonae, SGPS, S.A.	2009/10/11
Sonacom, SGPS, S.A.	2008/09/10/11
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	2010

- Apêndice C2: Com Relatório de Sustentabilidade na designação

Empresas	Ano	Designação
Banif SGPS, S.A.	2008	RS - Força Humana
Banif SGPS, S.A.	2009	RS - A força dos nossos valores
Banif SGPS, S.A.	2010	RS - Caminhos com futuro
Banif SGPS, S.A.	2011	RS - Confiança, humanismo, eficácia, inovação e ambição
Corticeira Amorim SGPS, S.A.	2010	RS - Inovação
Galp Energia SGPS, S.A.	2008/09/10/11	RS - Em busca de mais e melhor energia
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2008	RS - Crescendo de Forma Responsável
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2009	RS - A Caminho da Sustentabilidade
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2010	RS - Somos Capazes
Ibersol SGPS, S.A.	2008	RS - Os teus descendentes vão colher os teus frutos
Martifer SGPS, S.A.	2008	RS - Confiar, Conhecer, Comunicar, Crescer, Desenvolver, Promover, Envolver, Inovar porque confiamos no que fazemos
Martifer SGPS, S.A.	2010	RS - The Future is now
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	2008/09	RS - Conhecer o nosso PAPEL
Ren - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	2010	RS - O nosso compromisso

- Apêndice C3: Restantes designações

Empresas	Ano	Designação
Banco Comercial Português S.A.	2010/11	Não há um capítulo específico
Banco Espírito Santo, S.A.	2010/11	Anexo – As Contas da Sustentabilidade
Corticeira Amorim SGPS, S.A.	2009	Sustentabilidade - Escolha Natural
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2008/9/10	Contributo para a Sustentabilidade
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2011	Relato de sustentabilidade
Impresa SGPS, S.A.	2008/9/10/11	Responsabilidade Social
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	2008/9	Sustentabilidade na criação de Valor
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	2010/11	Responsabilidade corporativa na criação de valor
Mota-Engil, SGPS, S.A.	2010/11	Caderno de Sustentabilidade
Ren - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	2011	Sustentabilidade da REN
Sonae, SGPS, S.A.	2008	Crescer, Valorizar, Inovar - Um compromisso 50 anos à frente
Sumol+Compal, S.A (ex-sumolis)	2008/9	Relatório de responsabilidade corporativa
Toyota Caetano Portugal, S.A.	2008	Fábrica Sustentável: "zero" resíduos Fábrica de Ovar
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	2011	Sustentabilidade

Apêndice D: Orientações seguidas na elaboração do relatório de sustentabilidade

- Apêndice D1: GRI

Empresas a considerar	Ano	Versão	Nível
Altri SGPS, S.A.	2011	3	-
Banco Comercial Português S.A.	2008	-	A
Banif SGPS, S.A.	2008/09	-	B
Banif SGPS, S.A.	2010	3	A
Banif SGPS, S.A.	2011	3.1	A
Brisa S.A - Auto-Estradas de Portugal	2008	-	A
Brisa S.A - Auto-Estradas de Portugal	2009	3	A
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	2011	3.1	B
Corticeira Amorim SGPS, S.A.	2008/09/10/11	-	B
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2008/09/10/11	-	A
Galp Energia SGPS, S.A.	2008/09/10	3	B
Galp Energia SGPS, S.A.	2011	3	A
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2008	3	B
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2009/10	3	A
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2011	3	-
Ibersol SGPS, S.A.	2008/09/10/11	3	-
Impresa SGPS, S.A.	2010/11	-	-
Mota-Engil, SGPS, S.A.	2008/09/10	3	C
Mota-Engil, SGPS, S.A.	2011	3	-
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	2008/09	3	A
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	2010/11	3.1	A
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	2008/09/10	3	A
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	2011	3.1	A
Ren - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	2008/09/10/11	3	A
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	2008/09	-	-
Sonae, SGPS, S.A.	2008/10	3	-
Sonae, SGPS, S.A.	2011	3.1	A
Sonaecom, SGPS, S.A.	2008	3	B
Sonaecom, SGPS, S.A.	2009/10/11	3	A
Sumol+Compal, S.A (ex-sumolis)	2009	3	C
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	2010	-	B

- Apêndice D2: GRI e Princípios AA1000 APS

Empresas	Ano	Orientações seguidas
Banco Comercial Português, S.A.	2009	GRI - nível A; Princípios AA1000 APS
Banco Comercial Português S.A.	2010	GRI - nível A; Princípios AA1000 APS
Banco Comercial Português S.A.	2011	GRI - versão 3.1, nível A; Princípios AA1000 APS
Banco Espírito Santo, S.A.	2008	GRI - nível A; Princípios AA1000 APS
Banco Espírito Santo, S.A.	2009	GRI - nível A; Princípios AA1000 APS
Banco Espírito Santo, S.A.	2010	GRI - versão 3, nível A; Princípios AA1000 APS
Banco Espírito Santo, S.A.	2011	GRI - versão 3.1, nível A; Princípios AA1000 APS
Brisa S.A - Auto-Estradas de Portugal	2010	GRI - versão 3, nível A; Princípios AA1000 APS
Brisa S.A - Auto-Estradas de Portugal	2011	GRI - versão 3.1, Nível A; Princípios AA1000 APS

- Apêndice D3: Não refere

Empresas	Ano
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	2008
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	2009
Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	2010
Impresa SGPS, S.A.	2008
Impresa SGPS, S.A.	2009
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	2008
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	2009
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	2010
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	2011
Martifer SGPS, S.A.	2008
Martifer SGPS, S.A.	2009
Martifer SGPS, S.A.	2010
Martifer SGPS, S.A.	2011
Sonae, SGPS, S.A.	2009
Sumol+Compal, S.A (ex-sumolis)	2008
Toyota Caetano Portugal, S.A.	2008
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	2011

NOTA: Apesar de não referirem quais as orientações seguidas para a elaboração do relatório de sustentabilidade, a Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 2009 e 2010, a Sonae, SGPS, S.A. em 2009 e a Sumol+Compal, S.A (ex Sumolis) apresentam o painel de indicadores GRI.

Referências bibliográficas

- Abbott, W., & Monsen, R. (1979). On the Measurement of Corporate Social Responsibility: Self-Reported Disclosures as a Method of Measuring Corporate Social Involvement. *Academy of Management Journal*, 22(3), 501–515.
- Abdel-khalik, A. (1993). Why Do Private Companies Demand Auditing? A Case for Organizational Loss of Control. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 8(1), 31–52.
- AccountAbility. (1999). Standards, guidelines, and professional qualifications [exposure draft]. *Institute of Social and Ethical Accountability*. London, U.K.
- AccountAbility. (2003). The State of Sustainability Assurance 2003. *AccountAbility*. London.
- AccountAbility. (2008). AA1000 Assurance Standard 2008 (versão portuguesa). *AccountAbility*. Lisboa: Portugal.
- Adams, C. (2004). The ethical, social and environmental reporting-performance portrayal gap. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 17(5), 731–757.
- Adams, C., & Evans, R. (2004). Accountability , Completeness , Credibility and the Audit Expectations Gap. *The Journal of Corporate Citizenship, Summer2004*(14), 97–115.
- Aguilera, R., Rupp, D., Williams, C., & Ganapathi, J. (2007). Putting the S Back in Corporate Social Responsibility: a Multilevel Theory of Social Change in Organizations. *Academy of Management Review*, 32(3), 836–863.
- Ahmad, Z., Hassan, S., & Mohammad, J. (2003). Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, 11(June), 69–90.
- Amran, A., Bin, A., & Hassan, B. (2009). Risk reporting: An exploratory study on risk management disclosure in Malaysian annual reports. *Managerial Auditing Journal*, 24(1), 39–57.
- Ballou, B., Heitger, D., & Landes, C. (2006). The Future of Corporate Sustainability Reporting. *Journal of Accountancy*, 202(6), 65–74.
- Branco, M. (2006). *Essays on Corporate Social Responsibility and Disclosure. Tese de Doutoramento*. Universidade do Minho, Braga.
- Branco, M., & Rodrigues, L. (2006). Corporate Social Responsibility and Resource-Based Perspectives. *Journal of Business Ethics*, 69(2), 111–132.
- Branco, M., & Rodrigues, L. (2007). Positioning Stakeholder Theory within the Debate on Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics and Organization Studies*, 12(1), 5–15.

- Branco, M., & Rodrigues, L. (2008). Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685–701.
- Brønn, P., & Vidaver-Cohen, D. (2009). Corporate Motives for Social Initiative: Legitimacy, Sustainability, or the Bottom Line? *Journal of Business Ethics*, 87(S1), 91–109.
- Calvo, G., & Wellisz, S. (1978). Supervision, Loss of Control, and the Optimum Size of the Firm. *Journal of Political Economy*, 86(5), 943–952.
- Carrol, A. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business and Society*, 38(3), 268–295.
- Chua, W. (1986). Radical developments in accounting thought. *The Accounting Review*, 16(4), 601–632.
- Costa, G., Oliveira, L., & Graig, R. (2013). Factors associated with the publication of a CEO letter. *Corporate Communication: An International Journal*, *forthcomin*.
- Costa, Graciete. (2010). *A Divulgação de Informação sobre Capital Intelectual na Carta do Presidente Incluída no Relatório e Contas. Tese de Mestrado*. Universidade do Minho, Braga.
- Davis, K. (1960). Can Business Afford To Ignore Social Responsibilities? *California Management Review*, 2(3), 70–76.
- Davis, K. (1973). The Case for and Against Business Assumption of Social Responsibilities. *Academy of Management Journal*, 16(2), 312–322.
- Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, Diário da República n.º 63; Série I-A (2006). Lisboa: Portugal: Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça.
- Deegan, C. (2000). *Financial Accounting Theory*. McGraw Hill Book Company. Sydney.
- Deegan, Craig. (2002). The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282–311.
- Deegan, Craig. (2006). Legitimacy theory. In Z. Hoque (Ed.), *Methodological issues in accounting research: theories and methods* (pp. 161–181). Londres.
- Deegan, Craig, Cooper, B., & Shelly, M. (2006). An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. *Managerial Auditing Journal*, 21(4), 329–371.
- Dennis, B., Neck, C., & Goldsby, M. (1998). Body Shop International: an exploration of corporate social responsibility. *Management Decision*, 36(10), 649–653.
- Dias, A. (2009). O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Evidência Empírica nas Empresas Cotadas em Portugal. *Revista Contabilidade e Gestão*, 8, 111–150.
- Dowling, J., & Pfeffer, J. (1975). Organizational legitimacy: social values and organizational behaviour. *The Pacific Sociological Review*, 18(1), 122–136.

- Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business Strategy and the Environment*, 11(2), 130–141.
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Capstone. Oxford.
- Eng, L., & Mak, Y. (2003). Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(4), 325–345.
- Faisal, F., Tower, G., & Rusmin, R. (2012). Legitimising Corporate Sustainability Reporting Throughout the World. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 6(2), 19–35.
- FEE. (2002). Discussion Paper: Providing Assurance on Sustainability Reports. *Fédération des Experts Comptables Européens*. Bruxelles: Belgique.
- Friedman, M. (1962). *Capitalism and Freedom*. University of Chicago. Chicago.
- Gao, S., & Zhang, J. (2006). Stakeholder engagement, social auditing and corporate sustainability. *Business Process Management Journal*, 12(6), 722–740.
- Gray, R., Owen, D., & Adams, C. (1996). *Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate and Social Reporting*. Prentice Hall. London.
- Gray, Rob. (2001). Thirty years of social accounting, reporting and auditing: what (if anything) have we learnt? *Business Ethics: A European Review*, 10(1), 9–15.
- GRI. (2001). Overarching Principles for Providing Independent Assurance on Sustainability Reports. *Global Reporting Initiative Verification Working Group*. Boston MA.
- GRI. (2002a). Sustainability reporting guidelines. *Global Reporting Initiative*. Boston, MA.
- GRI. (2002b). Sustainability reporting guidelines on economic, environmental and social performance. *Global Reporting Initiative*. Amsterdam.
- Healy, P., & Palepu, K. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 405–440.
- Hill, W., Fraser, I., & Cotton, P. (1998). Patients' voices, rights and responsibilities: on implementing social audit in primary health care. *Journal of Business Ethics*, 17(13), 1481–1497.
- Holder-Webb, L., Cohen, J., Nath, L., & Wood, D. (2009). The Supply of Corporate Social Responsibility Disclosures Among U.S. Firms. *Journal of Business Ethics*, 84(4), 497–527.
- Holme, R., & Watts, P. (2000). *Corporate social responsibility: making good business sense*. World Business Council for Sustainable Development. Geneva.

- Hubbard, G. (2011). The Quality of the Sustainability Reports of Large International Companies: An Analysis. *International Journal of Management*, 28(3 - Part 2), 824–848.
- IIRC (2011). Discussion paper: Towards Integrated Reporting – Communicating Value in the 21st Century. *International Integrated Reporting Council*.
- Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the Adoption of Sustainability Assurance Statements: An International Investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19(3), 182–198.
- Kolk, A., & Perego, P. (2012). Multinationals' Accountability on Sustainability: The Evolution of Third-party Assurance of Sustainability Reports. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 173–190.
- Lackmann, J., Ernstberger, J., & Stich, M. (2012). Market Reactions to Increased Reliability of Sustainability Information. *Journal of Business Ethics*, 107(2), 111–128.
- Lindblom, C. (1994). The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. *Critical Perspectives on Accounting Conference*. New York, N.Y.
- Logsdon, J., & Lewellyn, P. (2000). Expanding Accountability to Stakeholders: Trends and Predictions. *Business and Society Review*, 105(4), 419–435.
- Manetti, G., & Becatti, L. (2009). Assurance Services for Sustainability Reports: Standards and Empirical Evidence. *Journal of Business Ethics*, 87(S1), 289–298.
- Mathews, M. (1993). Socially Responsible Accounting. *Chapman Hall*. London.
- Mock, T., Strohm, C., & Swartz, K. (2007). An examination of worldwide assured sustainability reporting. *Australian accounting review*, 17(1), 67–77.
- Nitkin, D., & Brooks, L. (1998). Sustainability Auditing and Reporting: The Canadian Experience. *Journal of Business Ethics*, 17(13), 1499–1507.
- O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 344–371.
- O'Dwyer, B. (2011). The Case of Sustainability Assurance: Constructing a New Assurance Service. *Contemporary Accounting Research*, 28(4), 1230–1266.
- O'Dwyer, B., & Owen, D. (2005). Assurance statement practice in environmental, social and sustainability reporting: a critical evaluation. *The British Accounting Review*, 37(2), 205–229.
- O'Dwyer, B., Owen, D., & Unerman, J. (2011). Seeking legitimacy for new assurance forms: The case of assurance on sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 36(1), 31–52.

- O'Dwyer, B., Unerman, J., & Hession, E. (2005). User needs in sustainability reporting: Perspectives of stakeholders in Ireland. *European Accounting Review*, 14(4), 759–787.
- Oliveira, L., Rodrigues, L., & Craig, R. (2006). Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 10(1), 11–33.
- Owen, D., Swift, T., & Hunt, K. (2001). Questioning the role of stakeholder engagement in social and ethical accounting , auditing and reporting. *Accounting Forum*, 25(3), 264–282.
- Park, J., & Brorson, T. (2005). Experiences of and views on third-party assurance of corporate environmental and sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 13(10-11), 1095–1106.
- Perego, P. (2009). Causes and Consequences of Choosing Different Assurance Providers: An International Study of Sustainability Reporting. *International Journal of Management*, 26(3), 412 – 487.
- Perez, F., & Sanchez, L. (2009). Assessing the evolution of sustainability reporting in the mining sector. *Environmental management*, 43(6), 949–961.
- Pflugrath, G., Roebuck, P., & Simnett, R. (2011). Impact of Assurance and Assurer's Professional Affiliation on Financial Analysts' Assessment of Credibility of Corporate Social Responsibility Information. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(3), 239–254.
- Power, M. (1997). Expertise and the construction of relevance: Accountants and environmental audit. *Accounting, Organizations and Society*, 22(2), 123–146.
- Romero, S., Ruiz, S., & Fernández-feijóo, B. (2010). Assurance Statement for Sustainability Reports: the Case of Spain. *Proceedings of the Northeast Business & Economics Association*, 105–112.
- Rotheroe, N., Keenlyside, M., & Coates, L. (2003). Local agenda 21; articulating the meaning of sustainable development at the level of the individual enterprise. *Journal of Cleaner Production*, 11(5), 537–548.
- Russo, M., & Fouts, P. (1997). A resource-based perspective on corporate environmental performance and profitability. *Academy of Management Journal*, 40(3), 534–559.
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. (2009). Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937–967.
- Steurer, R., Langer, M., Konrad, A., & Martinuzzi, A. (2005). Corporations, Stakeholders and Sustainable Development I: A Theoretical Exploration of Business–Society Relations. *Journal of Business Ethics*, 61(3), 263–281.
- Suchman, M. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571–610.

- Vieira, R. (2009). Paradigmas teóricos da investigação em contabilidade. In M. Major & R. Vieira (Eds.), *Contabilidade e controlo de gestão: teoria, metodologia e prática* (pp. 11–34). Lisboa: Escola Editora.
- Wallage, P. (2000). Assurance on sustainability reporting: An auditor's view. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(1 - 2000 Supplement), 53–65.
- Zimmerman, M., & Zeitz, G. (2002). Beyond Survival: Achieving New Venture Growth by Building Legitimacy. *The Academy of Management Review*, 27(3), 414–431.